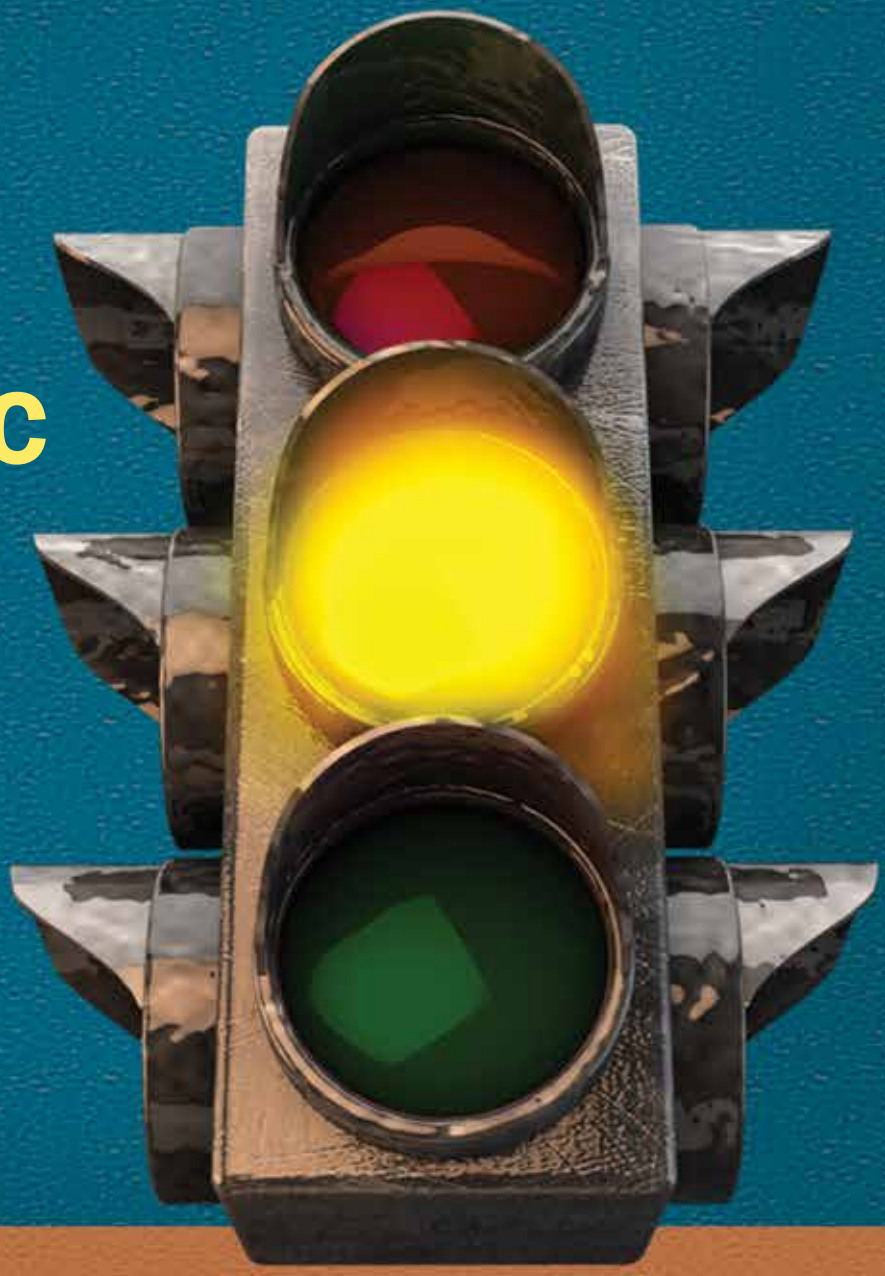
ID digital

Revista da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital – ABRID

Ano 06 - número 20
janeiro/fevereiro/março/abril de 2015

SINAL AMARELO PARA O RIC

Justiça eleitoral apresenta proposta de criar Registro Civil Nacional e põe em dúvida a situação do projeto do Registro de Identidade Civil



PALAVRA DE ASSOCIADA
NEC investe no conceito de smart city

CARDS
Feira chega à vigésima edição com novidades

HOMOLOGAÇÃO
Inmetro passa a acreditar produtos da ICP-Brasil

IDENTIFICAÇÃO DIGITAL
Sua empresa no centro da identificação digital.
ANUNCIE NA IDIGITAL
revista@abrid.org.br | (61) 3326 2828
idigital
ABRID

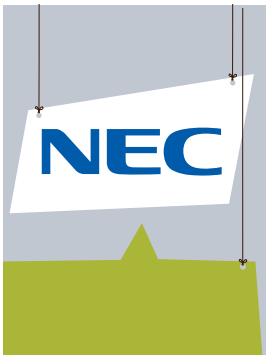
i digital
ABRID
REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA EM IDENTIFICAÇÃO DIGITAL - ABRID

24 . CAPA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL PROPÕE A CRIAÇÃO DO REGISTRO CIVIL NACIONAL, NOVO DOCUMENTO ÚNICO DE IDENTIFICAÇÃO PARA OS BRASILEIROS QUE FICARIA SOB OS CUIDADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL. A IDEIA AUMENTA A INDEFINIÇÃO EM TORNO DO RIC, O REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL, QUE CONTINUA EM FASE DE REAVALIAÇÃO NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

8 . PALAVRA DE ASSOCIADA

Daniel Mirabile, da NEC, aposta no crescimento do uso da tecnologia no Brasil a partir do conceito de smart city



50 . CERTIFICAÇÃO DIGITAL

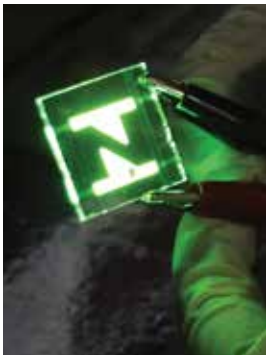
III Seminário Nacional de Certificação Digital acontece em dois dias para ampliar discussões sobre o tema

35 . CARDS

Cards Payment & Identification completa duas décadas com público maior e confirma a força do mercado de pagamento e identificação

14 . HOMOLOGAÇÃO

Inmetro passa a fazer a certificação de cartões, leitoras, tokens e HSMs usados pela ICP-Brasil



DIVULGAÇÃO/INMETRO

56 . CASOS E ARTIGOS

61 . ARTIGO
RIC, uma análise da situação do projeto do novo documento de identificação do brasileiro

66 . SERASA
Muito além da assinatura eletrônica

A ABRID CONECTA VOCÊ COM O FUTURO.

ABRID

Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital

www.abrid.org.br

PALAVRA DO PRESIDENTE

RICARDO PADUE

Um momento de indefinição

Esta é a melhor avaliação que pode ser feita da situação atual do sonho de modernizar o documento dos cidadãos brasileiros. Lançado oficialmente em dezembro de 2010, inclusive com a distribuição dos primeiros cartões ao então presidente da República e a outras pessoas, o Registro de Identidade Civil entrou em processo de reavaliação logo em seguida, e assim permanece.

Nesse meio tempo de transição, surge agora a proposta do Tribunal Superior Eleitoral de implantar o RCN, o Registro Civil Nacional, com ideia semelhante à do RIC de ser um novo e moderno documento único para os brasileiros. Não há, porém, detalhe sobre a iniciativa e a notícia tem repercutido de formas diversas entre os players do mercado e mesmo entre os Institutos de Identificação dos estados, que hoje têm o dever legal de emitir as identidades e, em primeira consulta, não gostariam de perder esta autonomia para a Justiça Eleitoral.

A ABRID encara o processo de forma ativa e já trabalha para conseguir as especificações da proposta do TSE, mas tem a certeza de que, seja qual forma a forma de modernização documental, o mercado terá participação ativa no processo e precisa ser ouvido. Assim, entendemos que todos os investimentos feitos no projeto do RIC têm de ser aproveitados, seja na consolidação da proposta, seja numa eventual mudança de rumo. Fato é que as empresas têm a tecnologia e a expertise necessárias para auxiliar os entes públicos a fazer o que é preciso: dar ao brasileiro, finalmente, um documento pessoal adequado ao mundo contemporâneo, com a segurança necessária e as possibilidades para aplicações múltiplas.

Este é o tema principal desta idigital, mas há mais. Confira como funciona o novo modelo de homologação de produtos utilizados pela ICP-Brasil, que agora passa a ser feita pelo Inmetro. Saiba ainda como foram dois dos principais eventos do nosso setor, a vigésima edição da Cards Payment & Identification e o III Seminário Nacional de Certificação Digital, que aconteceram simultaneamente em meados de abril em São Paulo.

E confira também a entrevista com Daniel Mirabile, presidente da NEC no Brasil, que dá segmento à série de conversas com representantes das associadas ABRID. A meta é saber como as empresas veem o mercado brasileiro e quais são os destaques oferecidos ao mercado.

Boa leitura!

ABRID

EXPEDIENTE

idigital é uma publicação da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (ABRID).

Presidente: Célio Ribeiro
Diretor de Identificação Digital: Edson Rezende
Diretor de Projetos e Informação Tecnológica: Fernando Cassina
Reportagem: Iara Rabelo e Marcio Peixoto
Editor: Marcio Peixoto MTB 4169/DF
Revisão: Edmar Araújo
Tiragem: 2.550 exemplares
Periodicidade: trimestral
Contato: (61) 3326 2828
Projeto gráfico e diagramação: Infólio Comunicação - www.infoliocom.com - (61) 3326 3414

(Os cases e artigos assinados não refletem o pensamento nem a linha editorial da revista e são de inteira responsabilidade de seus autores)

ABRID
Associação Brasileira das Empresas
de Tecnologia em Identificação Digital

3M

AET FLEXIBLE SECURITY

akiyama corporação

ALTEROSA CARD SOLUTIONS

BioLogica Sistemas

BoaVista Administradora do SCPC

CASA DA MOEDA DO BRASIL

CERTISIGN A sua identidade na rede

CR CONSULTORIA

DERMALOG

Entrust Datacard

gemalto security to be free

Giesecke & Devrient

HOLOGRAM INDUSTRIES

IAFIS Brasil

ice Cartões Especiais Ltda.

infineon

IntelCav

Mako

MONTREAL

NEC

NXP

oberthur TECHNOLOGIES THE M COMPANY

KINEGRAM

PrintLaser Cartões

سابك sabic

SAFRAN Morpho

Serasa Experian A gente trabalha para você crescer.

SICPA

SMARTRAC

SOLUTi Certificação Digital

THALES

THOMAS GREG

VALID

vision-box identify your world

eira das Empresas

ntificação Digita

CIDADES INTELIGENTES ESTÃO CADA VEZ MAIS PRÓXIMAS

Daniel Mirabile, presidente da NEC no Brasil, diz que a empresa oferece solução completa para implantar o conceito de smart city no Brasil e aposta no crescimento do uso da tecnologia no País

Engenheiro mecânico graduado pela Unesp, com MBA pelo Ibmec Rio, Daniel Mirabile acumula 15 anos de experiência no setor de telecomunicações, com passagens pela Ericsson, New Generation Networks e Nokia (antiga Nokia Siemens Networks – NSN). Entre outras posições de destaque na NSN, foi diretor de Supply Chain e Logística para América Latina, diretor de Implementação de Redes para América Latina, diretor geral da empresa de Serviços no Brasil e vice-presidente da Unidade de Negócio de Serviços na América Latina. Foi responsável pela área mundial de programas de reestruturação e transformação, com a missão de melhorar as margens operacionais nas diversas regiões onde a Nokia atua.

Desde 2014, Mirabile ocupa o cargo de presidente Brasil da NEC Latin America S.A., respondendo pela operação brasileira da sede regional da empresa para a América Latina. Ele destaca as aplicações da secular empresa japonesa para o conceito de cidades inteligentes, ou smart cities, e prevê crescimento do uso da tecnologia no Brasil.

DIVULGAÇÃO/NEC

Idigital: O senhor comanda no Brasil uma empresa nascida no Japão, em 1899. Quais as consequências das diferenças culturais entre os dois países para a atuação da NEC no País?

Daniel Mirabile: A NEC consegue equilibrar de forma perfeita esses dois fatores: tradição e modernidade. Trata-se de uma organização que cresceu ao longo de sua história e utiliza essa experiência para sua renovação constante, pois somente uma empresa que se renova todo o tempo consegue se manter líder em sua área de atuação durante tantos anos. A inovação, por outro lado, está no DNA da NEC. O foco da companhia é desenvolver soluções que realmente façam diferença na sociedade, ajudando a vida das pessoas, tanto na resolução de problemas, a exemplo do segmento da segurança pública, como na melhoria da qualidade de vida da população. No que se refere às diferenças entre as culturas brasileira e japonesa, os 46 anos de atuação da NEC no Brasil comprovam que essa troca de bagagem cultural no ambiente da empresa é muito positiva, trazendo contribuições valiosas para as equipes dos dois países. Uma prova disso é que a operação do Brasil é uma das mais importantes e com maior potencial de crescimento para a organização atualmente. Outro fator que não podemos deixar de lado é que o mundo anda cada dia mais globalizado e isso faz com que os profissionais se adequem a padrões internacionais no que se refere a procedimentos, bem como na visão estratégica.

> "A INOVAÇÃO ESTÁ NO DNA DA NEC. O FOCO DA COMPANHIA É DESENVOLVER SOLUÇÕES QUE REALMENTE FAÇAM DIFERENÇA NA SOCIEDADE, AJUDANDO A VIDA DAS PESSOAS"

Id: A NEC tem uma forte história com a consolidação das telecomunicações no Brasil. Qual a visão de mercado da empresa para o País hoje?

DM: O foco dos esforços da NEC no setor de telecomunicações se concentra, hoje em dia, majoritariamente, nos negócios junto às operadoras. A companhia mantém relações comerciais com as principais empresas do setor e pretende aumentar o número de contratos por meio da oferta de soluções exclusivas, que podem fazer diferença no mercado. A NEC detém, por exemplo, soluções de SDN (Rede Definida por Software), Big Data, TMS (Solução de Gerenciamento de Tráfego), Small Cell e transmissão que podem se traduzir em verdadeiros diferenciais para a melhoria dos serviços dessas operadoras.

Alguns projetos já estão em fase de desenvolvimento aqui no Brasil, como é o caso da implantação dos testes de gateways virtuais para usuários residenciais de uma grande operadora que atua no Brasil. A NEC Corporation entende que o Brasil tem pela frente um período em que deverá investir fortemente na questão da infraestrutura, a fim de voltar a crescer como um todo. Acreditamos que os investimentos nesta área trarão mais oportunidades para a oferta de produtos e serviços da NEC.

Id: A NEC também tem investido fortemente no uso de tecnologia para melhoria da segurança pública. Quais iniciativas podem ser destacadas na área?

DM: Neste campo, podemos destacar o AFIS (Sistema Automático de Identificação de Impressão Digital), plataforma de biometria desenvolvida pela NEC que já foi implementada nos estados do Rio Grande do Sul e Goiás, bem como no Distrito Federal. No Rio Grande do Sul e Brasília, por exemplo, já foram registrados avanços importantes no cadastro de cidadãos, o que significa mais efetividade na parte de segurança pública e social. Com a utilização da solução, a base de dados passou a ficar mais segura, acessível e, principalmente, ajuda a evitar fraudes e a solucionar crimes. O NeoFace é outro produto do portfólio da NEC que vem ganhando muito destaque neste âmbito, uma vez que pode ser empregado com efetividade nas áreas de imigração dos aeroportos, nos locais públicos governamentais, assim como nos demais espaços de grande movimentação de pessoas.

DIVULGAÇÃO/NEC

Id: E como funciona o NeoFace? Qual tem sido a aceitação em nível mundial?

DM: O NeoFace possibilita o reconhecimento biométrico facial de forma automática e não invasiva, por meio de fotos, imagens de sistemas de CFTV, vídeos gravados e webcams. A solução também pode ser utilizada em diferentes verticais de negócios para identificar pessoas tanto em aplicações de segurança quanto em CRM (Customer Relationship Management), posicionando-se como uma plataforma flexível. O campo de aplicação desta solução é muito amplo, uma vez que pode ser utilizada não somente para usos específicos de segurança, mas também nas áreas de serviço ao cliente como uma das ferramentas de inteligência comercial. As oportunidades para utilizar o reconhecimento facial no mercado do entretenimento, hospitalidade e varejo são infinitas. As organizações mais inovadoras estão utilizando NeoFace para diversas finalidades, tais como identificação de VIPs, análise de interesse dos consumidores e eficiência no atendimento.

Id: Quais as vantagens, em termos de segurança e confiabilidade, de uma solução como o NeoFace frente ao uso de biometrias mais difundidas no Brasil, como a digital?

DM: As tecnologias, tanto a que identifica o rosto das pessoas como a que captura os sinais das digitais, têm finalidades diferentes e podem, inclusive, complementar-se. O NeoFace consegue identificar uma pessoa somente com a aproximação dela ao sistema e a captação da imagem. O AFIS, por outro lado, tem a capacidade de chegar a um resultado sem precisar necessariamente ter analisado a totalidade da digital, pois a tecnologia permite a verificação de partes das digitais. No que se refere às soluções da NEC, a eficácia dos seus resultados é amplamente reconhecida em todo o mundo. O AFIS e o NeoFace são premiados como os melhores sistemas há vários anos, pelo Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST), dos Estados Unidos, o órgão mais importante do mundo nesta área.

"TEMOS ACOMPANHADO A ESCALA VERTIGINOSA DOS BRASILEIROS NA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS MAIS MODERNAS, QUE LANÇAM MÃO DO ASPECTO TECNOLÓGICO"

DIVULGAÇÃO/NEC

Id: O reconhecimento facial tem múltiplas aplicações para a área governamental, mas também tem uso comercial. No entanto, a utilização da tecnologia ainda não está largamente difundida no País. O que é preciso para que isso aconteça?

DM: O Brasil está em processo de amadurecimento no que se refere à adoção de tecnologias que contribuam para a segurança ou até mesmo para o CRM da empresa. No entanto, pelo interesse dos empresários e das autoridades governamentais vemos que soluções como o NeoFace têm muito potencial de crescimento local. Outro aspecto é a relação da população com a tecnologia. Temos acompanhado a escala vertiginosa dos brasileiros na utilização de ferramentas mais modernas, que lançam mão do aspecto tecnológico, e vemos que naturalmente as pessoas passarão a aceitar e conviver com essas interferências.

"O NEOFACE PODE SER UTILIZADO EM DIFERENTES VERTICAIS DE NEGÓCIOS PARA IDENTIFICAR PESSOAS TANTO EM APLICAÇÕES DE SEGURANÇA QUANTO EM CRM (CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT), POSICIONANDO-SE COMO UMA PLATAFORMA FLEXÍVEL"

Id: A atuação da NEC na área de segurança tem muito a ver com o conceito de cidades inteligentes. Que outras soluções a empresa tem a oferecer no segmento?

DM: A NEC detém a tecnologia e o know-how para compor todo o sistema de integração de serviços que suporta a cidade inteligente. Neste contexto, é importante destacar que o ponto focal do conceito de smart city refere-se justamente à centralização dos serviços, onde todos os recursos são visíveis por meio de um Centro de Controle e Comando. Independentemente da escala, seja uma cidade ou uma arena esportiva, o principal a se ter em conta é o conceito de central de comando e controle. Por exemplo, em uma arena ou em uma cidade, a disponibilidade dos diversos serviços pode ser monitorada por meio de um painel que integra todas essas informações e permite a tomada de decisões rápidas. Para se ter ideia, a NEC forneceu soluções para cinco arenas multiuso no Brasil - Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata (PE); Arena das Dunas, em Natal (RN); Arena Fonte Nova, em Salvador (BA), Arena da Baixada, em Curitiba (PR), e a Arena do Grêmio, em Porto Alegre (RS).

"PELO INTERESSE DOS EMPRESÁRIOS E DAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS, VEMOS QUE SOLUÇÕES COMO O NEOFACE TÊM MUITO POTENCIAL DE CRESCIMENTO LOCAL"

Id: Como aliar a questão do uso da tecnologia para a segurança com o tema sustentabilidade?

DM: A tecnologia, quando usada de forma inteligente, pode se tornar uma ferramenta fundamental neste sentido. No caso das smart cities, por exemplo, o emprego do sistema de comando e controle permite o uso inteligente dos recursos.

Id: O uso de tecnologia, especialmente voltada para a identificação de cidadãos, tem crescido nas últimas décadas, com o surgimento de novas e melhores soluções. Como a NEC projeta o futuro na área?

DM: A identificação correta dos cidadãos, de forma não invasiva ou minimamente invasiva, que utiliza modalidades diversas de reconhecimento biométrico, como impressão digital, face, íris, voz, etc., é uma forma de garantir não apenas segurança mas também agilidade, confiabilidade e melhoria nos serviços (públicos ou privados). Além disso, esses recursos são cada vez mais complementados com tecnologias de análise de comportamento e de correlação com big data.

Id: Por fim, quais são os planos imediatos da NEC para o Brasil?

DM: Estou à frente das operações da NEC no Brasil desde 2014. Neste contexto, os principais objetivos são o de fortalecer as linhas de negócios e a oferta de produtos presentes no portfólio da empresa, bem como dobrar a receita local da NEC no prazo de dois ou três anos.

NOC (NETWORK OPERATION CENTER) DA NEC, QUE FUNCIONA EM SÃO PAULO PARA MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO DE REDES

DIVULGAÇÃO/NEC

MAIS UM PASSO

Inmetro passa a certificar os produtos utilizados pela ICP-Brasil e reforça a acreditação do sistema de certificação digital no País

DIVULGAÇÃO/INMETRO

MAURÍCIO COELHO, DO ITI: "O NOVO SISTEMA DE HOMOLOGAÇÃO TRAZ MAIS CREDIBILIDADE PARA TODA ICP-BRASIL"

DIVULGAÇÃO/ITI

Uma ótima notícia para a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e a consolidação de um trabalho iniciado em 2003. Desta forma o diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI, Maurício Coelho, definiu a acreditação pelo Inmetro, em fevereiro, do primeiro Organismo de Certificação de Produtos (OCP) do Programa de Homologações de Equipamentos da ICP-Brasil. Coelho recebeu a equipe da idigital na sede do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, em Brasília, para explicar a novidade.

"O novo sistema de homologação traz mais credibilidade para toda ICP-Brasil, que agora seguirá padrões internacionalmente reconhecidos para a aceitação de novos equipamentos." Com a ação, o processo de certificação de produtos utilizados na ICP-Brasil passa a fazer parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC) do Inmetro.

O OCP é o organismo que conduz o processo de certificação e concede o Certificado de Conformidade no âmbito do SBAC. O organismo emite o selo Inmetro com base em normas regionais, nacionais e internacionais ou em requisitos técnicos expedidos por um agente regulador, que, no caso do certificado digital brasileiro, continua sendo o ITI. "Então, os nossos normativos da ICP-Brasil, e é importante frisar isso, todo o processo de avaliação da conformidade é de responsabilidade lá do Inmetro, mas o órgão regulador, o órgão que vai normatizar os requisitos técnicos continua sendo o ITI. Nós continuamos definindo todos os requisitos técnicos de segurança, de interoperabilidade, que, depois, aquele sistema vai se incumbir de fazer as avaliações, as bancadas e emitir os laudos certificados", detalha.

Agora, os órgãos, entidades integrantes e usuários da ICP-Brasil somente poderão adquirir cartões,

leitoras, tokens e HSMs (módulos de segurança criptográficos) com homologação válida junto à ICP-Brasil, após obter o Certificado de Conformidade concedido pelo OCP acreditado pelo Inmetro e a homologação perante o ITI.

A adequação ao SBAC garante a interoperabilidade entre os equipamentos de certificação digital, por meio da adoção de padrões e especificações técnicas mínimas comuns a todos os sistemas e equipamentos da ICP-Brasil.

» CONSTRUÇÃO DO MODELO

Coelho recorda que em 2003 havia o desafio de iniciar o processo de massificação do certificado digital no Brasil. "O certificado em si é um arquivinho que vai estar numa mídia, um cartão inteligente, um token, os cartões precisam ser inseridos em leitoras. Ah, mas quando você pega o cartão do fabricante A e coloca na leitora do fabricante B, não funciona. Então, isso trazia prejuízo para a certificação digital, então, naquela época, começamos a trabalhar, estudamos, fizemos a proposição de criar um sistema de homologação", lembra. A interoperabilidade, então, passou a ser ponto essencial.

E assim nasceu o sistema de homologações da ICP-Brasil, por meio do Laboratório de Ensaios e Auditoria (LEA), uma entidade, em 2004, contratada pelo ITI para fazer os ensaios de laboratório e emitir os laudos. O LEA é uma associação privada sem fins lucrativos ligada ao Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico (LSI-TEC) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). "Eles aceitaram esse desafio, porque não se tinha referência nenhuma no país e mesmo internacionalmente, com esse foco também em interoperabilidade, além da segurança."

"O professor Marcelo Ruffo, grande parceiro nosso, comprou o desafio conosco e nós implementamos. Naquela ocasião, o sistema nasceu todo custeado pelo ITI. O instituto pagava integralmente as homologações", ressalta. Maurício Coelho

OLHO NOS PRAZOS

O ITI divulgou um cronograma para a transição dos processos de homologação de equipamentos da ICP-Brasil em função da acreditação do primeiro Organismo de Certificação de Produtos (OCP), que fará o processo de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC) do Inmetro. O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação pede a "atenção de todos integrantes, usuários e fornecedores da ICP-Brasil aos prazos a serem observados de imediato, referentes aos processos de homologação de cartões inteligentes, leitoras de cartões inteligentes, *tokens* criptográficos e módulos de segurança criptográficos – HSM, em função da transição destes processos para o SBAC/Inmetro". Confira:

Casos de novas homologações ou de manutenção das homologações já concedidas	
Situação	**Prazo para submissão ao OCP acreditado pelo Inmetro**
Novas homologações de equipamentos a partir de 19/02/2015	Devem procurar o OCP
Equipamentos homologados pelo ITI até 19/02/2014	90 dias a partir de 19/02/2015, portanto, até no máximo 19/05/2015
Equipamentos homologados pelo ITI após 19/02/2014	12 meses a partir da data de homologação pelo ITI

Casos de homologações em andamento no Laboratório de Ensaios e Auditoria (LEA)	
Situação	**Procedimento para homologação**
Processos depositados junto ao LEA até 10/01/2013	Quando da emissão do Laudo de Conformidade pelo LEA, submetê-lo a OCP
Processos depositados junto ao LEA após 10/01/2013	Quando da emissão do Laudo de Conformidade pelo LEA, submetê-lo ao ITI

destaca a grande parceria com o mercado para garantir a viabilidade do modelo de homologação: "A indústria teve um papel importantíssimo, porque comprou a ideia com a gente, participou. Com os nossos trabalhos de audiências e consultas, construímos os normativos, as regulamentações técnicas, que chamamos de Manuais de Condutas Técnicas, com participação ativa da indústria. A ABRID, o Célio (Célio Ribeiro, presidente da Associação), ajudou demais a gente no processo. Então, construímos isso."

Em 2006, surge a primeira grande mudança no processo, que deixou de ser voluntário e passou a ser obrigatório. Então, o ITI parou de financiar as homologações e as empresas interessadas assumiram os custos junto ao LEA. "Isso veio bem, cresceu, adesão boa, só que a gente chegou ao momento que esse não é o negócio fim da ICP-Brasil. E a gente tem no país uma instituição, que é o Inmetro, que tem reconhecimento internacional para certificação de produtos de diversas naturezas. E no mundo digital o Inmetro vem fazendo, aperfeiçoando, implementando sistemas, programas de acreditação."

Foi então que, em 2011, o ITI assinou um acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, o Inmetro, para que a homologação de equipamentos da ICP-Brasil passasse a fazer parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade. E em 19 de fevereiro deste ano foi anunciada a acreditação do primeiro OCP, a NCC Certificações, que desde 2003 atua como Organismo de Certificação de Produtos, Serviços e Sistemas de Gestão e Organismo de Certificação de produtos médicos acreditados pelo Inmetro. "Certamente, outros virão. O Inmetro já tem muitos OCPs, eles fazem um trabalho de divulgação disso. Tem esse primeiro já acreditado e já tem outros estudando. A expectativa nossa é de que esse sistema cresça, ganhe corpo."

Outra alteração decorrente da entrada do Inmetro é a necessidade de recertificação, que Maurício Coelho vê como mais um elemento de segurança. "Antes, a gente homologava uma vez e pronto, o produto estava homologado. A gente sabe que a tecnologia evolui. Você implementa alterações, seja de hardware, de software, que vão inseridas nesses equipamentos e aí o equipamento que você está comercializando hoje não é mais aquele que foi homologado algum tempo atrás. Então, isso era uma fragilidade que o sistema tinha. Agora, não. Esse processo do Inmetro prevê recertificações a cada 12, 18, 24 meses. Você vai ter sempre a garantia de que seu produto está realmente compatível com as atuais certificações, requisitos e exigências."

O DIRETOR DO ITI COMEMORA AS FACILIDADES DO SISTEMA DE HOMOLOGAÇÃO

EDUARDO BRAZ

» MOBILIDADE, O TEMA DO MOMENTO

O diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI avalia que o certificado digital padrão ICP-Brasil já atingiu um nível de consolidação para o setor corporativo, das pessoas jurídicas. "Esse ano de 2015 a gente evolui com dois projetos, o Por-

tal Empresa Simples, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, e o e-Social, que deve também entrar. Com essas iniciativas, devemos trazer o que falta de empresas para esse mundo digital. E não é só a certificação digital, é trazer para a realidade, é uma inclusão digital, para trabalhar com sistemas digitais. Isso traz um benefício monstruoso. E a certificação digital é um dos componentes, é um dos insumos que eles vão estar fazendo uso. Então, para nós é uma consolidação."

Coelho admite que o desafio continua sendo popularizar o certificado digital entre as pessoas físicas e acredita que o Portal Empresa Simples vai ajudar na questão: "Essa iniciativa da Secretaria da Microempresa é interessante porque, como é previsto o uso da certificação digital para a abertura de empresas, então, isso antecede à pessoa jurídica. O cidadão tem que ter um certificado de pessoa física para poder operar todo o processo pelo sistema. Isso também deve trazer uma alavancagem interessante para o certificado digital de pessoas físicas."

Ele acredita que a grande palavra do momento para a área de certificação é mobilidade. "A gente vai começar a ver muitas aplicações, a gente também já está noticiando algumas aplicações mobile. Hoje as nossas ACs todas já estão com produtos prontos, começam a ofertar, divulgar, a utilização de produtos de certificação digital nesse mundo mobile, nos smartphones, nos tablets, o que, sem sombra de dúvidas, é um novo horizonte que se abre. O seu smartphone passa a ser como o seu token, o seu certificado digital vai estar aqui (aponta para o celular). Então, é uma novidade interessante que vem aí, é um mundo novo que se abre e um público novo. Ninguém vive sem o telefone e isso é uma cultura tão forte que no mundo já se fala da mobile identity, ou seja, a nossa identidade está migrando para esses dispositivos", conclui Maurício Coelho.

LSI-TEC, TECNOLOGIA POR EXCELÊNCIA

Antes do Inmetro, o processo de homologação de softwares e hardwares utilizados no sistema de certificação digital da ICP-Brasil era feito pelo LEA, o Laboratório de Ensaios e Auditoria. A entidade, sem fins lucrativos, é ligada ao próprio ITI e, especialmente, ao LSI-TEC, o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico, vinculado à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

Em atividade desde 1999, o LSI-TEC se define como "um elo entre a sociedade e as instituições científicas de excelência, promovendo a aplicação do conhecimento em tecnologia avançada, para gerar produtos, serviços e sistemas mais competitivos e de maior valor agregado, que aumentam a competitividade da indústria brasileira". O laboratório é uma associação sem fins lucrativos.

A história da instituição começa na década de 1960, com o surgimento da era da computação. Na época, as universidades brasileiras intensificaram as discussões e publicações de artigos e projetos sobre o tema, com destaque para o professor João Antonio Zuffo, um dos precursores dos laboratórios de pesquisa da Escola Politécnica da USP.

Em 1975, Zuffo funda o Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI), que deu origem ao LSI-TEC na virada do milênio. Hoje, a instituição tem reconhecimento nacional e internacional, tornando-se um polo de referência mundial dedicado ao desenvolvimento e à inovação em tecnologia avançada. Entre os projetos de maior destaque, estão: a criação da Caverna Digital, em 2001, o primeiro simulador de alta performance da América Latina; a Rede Nacional Piloto de Telessaúde em Oncologia Pediátrica, a partir de 2002; e o desenvolvimento do sistema brasileiro de TV digital, de 2004 a 2006.

Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológica

CONHEÇA O INMETRO

"A expansão da produção industrial, ao mesmo tempo em que ampliou o mercado interno, hoje diversificado e crescentemente exigente, abriu para nosso País novas perspectivas de exportação de bens manufaturados. (...) É necessário disciplinar, do ponto de vista qualitativo, a produção e comercialização de bens manufaturados entregues ao consumidor brasileiro, inclusive aqueles importados, os quais nem sempre atendem a requisitos mínimos e razoáveis de qualidade e segurança. Em segundo lugar, torna-se necessário estabelecer normas e procedimentos, técnicos e administrativos, que promovam a melhoria e regulamentem a verificação da qualidade dos produtos industriais destinados à exportação."

O trecho acima faz parte da exposição de motivos que encaminhou, em 1973, o projeto de lei para a criação do Inmetro, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. O órgão é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Já o Conmetro é um colegiado interministerial responsável por normatizar o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

O Inmetro substituiu o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), centralizando a política metrológica nacional. O INPM havia sido criado em 1961 para assegurar instrumentos mais eficazes de controle destinados a impulsionar e proteger produtores e consumidores. O crescimento econômico verificado no Brasil no fim da década de 1960 motivou novas políticas governamentais de apoio ao setor produtivo. A necessidade de acompanhar o mundo na sua corrida tecnológica, no aperfeiçoamento, na exatidão e, principalmente, no atendimento às exigências do consumidor, trouxe novos desafios para a indústria. Assim, em 1973, surge o Inmetro.

DIVULGAÇÃO/INMETRO

Em meio a uma ampla missão institucional, o Instituto objetiva fortalecer as empresas nacionais, aumentando sua produtividade por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços. Dentre as competências e atribuições do Inmetro, vale destacar:

- Executar as políticas nacionais de metrologia e da qualidade;
- Verificar a observância das normas técnicas e legais, no que se refere às unidades de medida, métodos de medição, medidas materializadas, instrumentos de medição e produtos pré-medidos;
- Manter e conservar os padrões das unidades de medida, assim como implantar e manter a cadeia de rastreabilidade dos padrões das unidades de medida no País, de forma a torná-las harmônicas internamente e compatíveis no plano internacional;
- Fortalecer a participação do Brasil nas atividades internacionais relacionadas com metrologia e qualidade, além de promover o intercâmbio com entidades e organismos estrangeiros e internacionais;
- Fomentar a utilização da técnica de gestão da qualidade nas empresas brasileiras;
- Planejar e executar as atividades de acreditação de laboratórios de calibração e de ensaios, de provedores de ensaios de proficiência, de organismos de certificação, de inspeção, de treinamento e de outros, necessários ao desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos no País;
- Desenvolvimento, no âmbito do Sinmetro, de programas de avaliação da conformidade, nas áreas de produtos, processos, serviços e pessoal, compulsórios ou voluntários, que envolvem a aprovação de regulamentos.

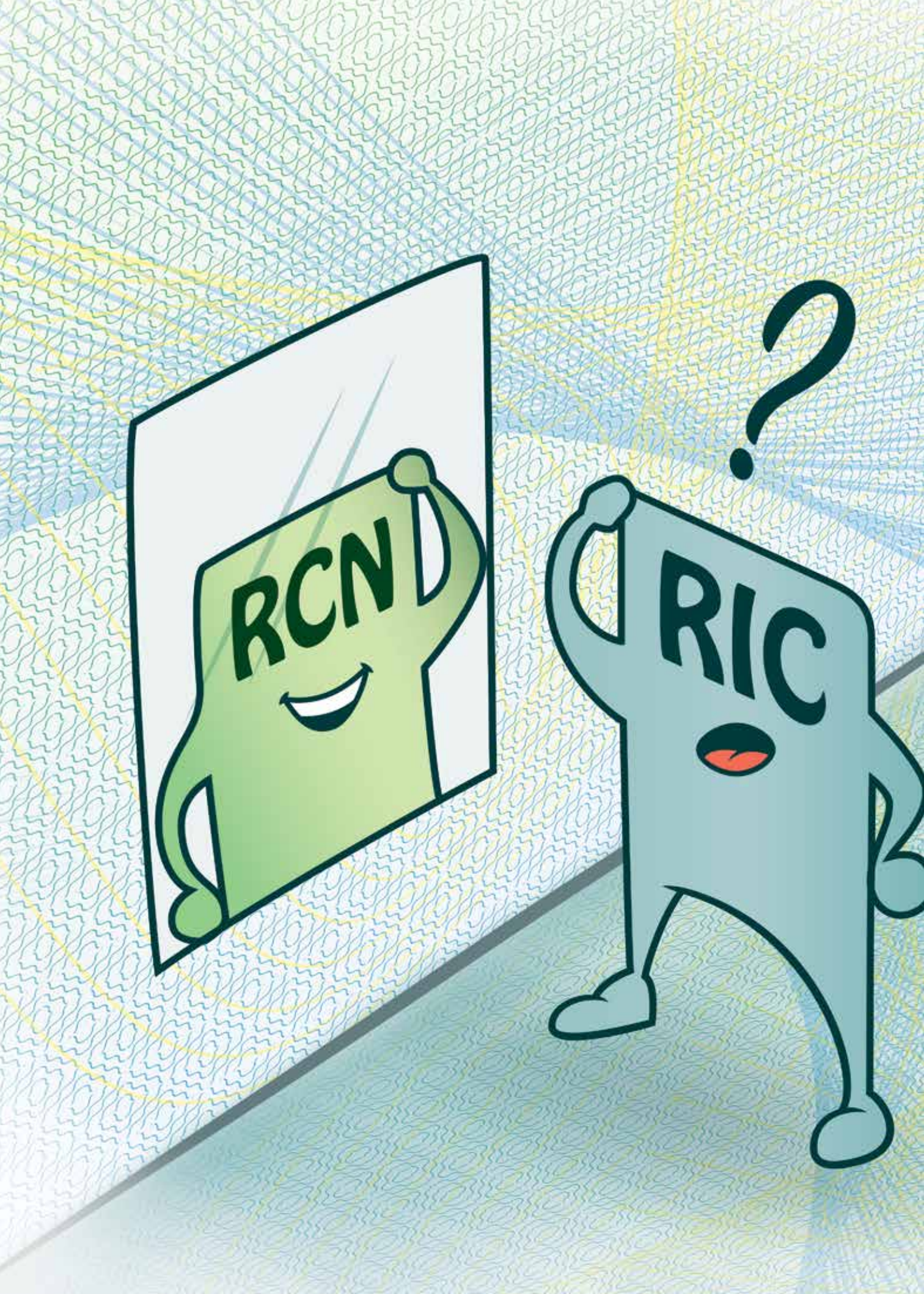
Fonte: Inmetro.

PARA UM MUNDO EM EVOLUÇÃO, UMA REVISTA EM CONSTANTE ATUALIZAÇÃO

Anuncie na idigital e apareça para quem está sempre conectado com a tecnologia de identificação digital.

revista idigital

revista@abrid.org.br 61 3326 2828


RCN
?
RIC

RCN: UM NOVO CAMINHO PARA O RIC?

Justiça Eleitoral apresenta ao Poder Executivo proposta de criar o Registro Civil Nacional, um documento único de identificação para o brasileiro; Projeto chega em meio às indefinições sobre o RIC, o Registro de Identidade Civil

ILUSTRAÇÃO: RENAN CARVALHO ARTE: LUCIVAM COSTA

ASCOM/TSE

MINISTROS JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI (TSE) E GUILHERME AFIF DOMINGOS (SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA) DISCUTEM A IMPLANTAÇÃO DO REGISTRO CIVIL NACIONAL EM ENCONTRO EM BRASÍLIA

Os detalhes não estão claros, os parâmetros técnicos não foram apresentados, ainda não há prazos. Mas surge uma alternativa para implantar a tão desejada - e igualmente atrasada - identificação única do brasileiro. E a proposta nasce não do Poder Executivo, responsável, em nível estadual a partir de regulação federal, por emitir a carteira de identidade do cidadão, e sim do Poder Judiciário. Mais precisamente, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A ideia foi levada pelo presidente do TSE, José Antonio Dias Toffoli, à presidente Dilma Rousseff em 11 de fevereiro. A audiência, realizada no Palácio do Planalto, terminou com "uma receptividade muito positiva" da presidente à proposta, garantiu o ministro Toffoli ao falar com jornalistas depois do encontro. Os ministros da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e da Justiça, José Eduardo Cardozo, também participaram do encontro.

O presidente do TSE, que já no discurso de posse no cargo, em maio de 2014, revelou o interesse em criar um novo documento para a população, explica que a meta é utilizar o banco de dados eleitorais para permitir a identificação centralizada com emissão de um novo documento pela Justiça Eleitoral e registros desde o nascimento até o óbito. "Ao nascer, o cidadão será registrado junto à Justiça Eleitoral, receberá um número que vai ser seu para o resto da vida e para todas as atividades, que é o número do titulo de eleitor. Na Justiça Eleitoral, serão feitos todos os registros: nascimento, casamento, divórcio, morte", adianta.

O novo Registro Civil Nacional (RCN), como é chamado pelo TSE, vai conter dados das impressões digitais e faciais, além da unificação em um só documento das informações espalhadas por vários cadastros, assegurando a desburocratização. A Justiça Eleitoral acredita que a implantação também ocasionará benefícios específicos nas áreas de segurança, saúde, educação, social, tributária e de Previdência Social. Além disso, o documento vai propiciar ao cidadão agilidade de uso, pois suas informações digitais estarão previamente contidas em chip – mas não foram anunciados detalhes técnicos sobre a questão.

O TSE acredita que já reúne o know-how para conduzir o programa, a partir da experiência adquirida no Programa de Recadastramento Biométrico do Eleitor. O tribunal administra o maior cadastro de cidadãos de toda América Latina, que atualmente conta com mais de 142 milhões de eleitores, sendo 24,5 milhões já cadastrados biometricamente. A Justiça Eleitoral ainda dispõe de estrutura operacional que envolve parques computacionais modernos,

disponíveis no TSE e em 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), sediados nas capitais dos estados e no Distrito Federal.

"A premissa é exatamente essa, já estão sendo gastos recursos públicos para a identificação inequívoca do cidadão (com o recadastramento biométrico, detalhes na p. 33), então, a Justiça Eleitoral compartilha esses dados de forma a ser possível a colaboração com os outros poderes de tal sorte que não será necessário os outros poderes fazerem uma nova coleta. Não vai ter que vários órgãos fazerem o mesmo trabalho e o cidadão ser aborrecido toda hora de ir lá e se identificar porque já terá uma única identificação", completa Toffoli, que também é ministro do Supremo Tribunal Federal.

Exatamente uma semana depois de estar no Planalto, o presidente do TSE teve encontro com o ministro Guilherme Afif Domingos, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE). "Esse projeto (do RCN), a presidenta Dilma Rousseff gostou muito e designou, da parte do Executivo, o ministro Guilherme Afif Domingos, que coordena um projeto no Poder Executivo, o Bem Mais Simples (a iniciativa busca a redução da burocracia, confira na p. 32). E, então, nós tivemos uma reunião muito proveitosa no sentido de discutirmos as premissas de ambos os projetos e verificarmos que eles se integram."

Já Afif Domingos classifica como essencial o trabalho conjunto entre os poderes da República: "A cooperação entre os poderes é fundamental. E a nossa missão hoje, dentro do Executivo, é fazer o Executivo se conversar, porque cada um tem um cadastro, cada um é dono de um cadastro que não se comunica." Para o ministro, o brasileiro acaba punido pela falta de sinergia no governo. "Isso atormenta a vida do cidadão, porque são vários órgãos demandando o mesmo cidadão, solicitando informações que o Estado já dispõe, mas que não tem isso de uma forma organizada."

O ministro da SMPE concorda que o recadastramento eleitoral deve ser usado para unificar os documentos da população. "A hora que o Judiciário, a Justiça Eleitoral especificamente, está fazendo um trabalho de cadastramento, que são os dados da biografia do cidadão, nós temos que buscar juntar forças, porque o cidadão é um só e o dedo dele é um só. Então, na hora que se faz uma aliança dessas, com o objetivo de beneficiar o cidadão, reduzir os custos do Estado e otimizar as estruturas, nós estamos dando um grande passo de redução de gastos públicos e de aumento de eficiência da ação do Estado no atendimento das necessidades do cidadão", resume.

Ficou definido no encontro dos dois ministros que as equipes técnicas do TSE e da SMPE vão iniciar uma parceria para esmiuçar e preparar todo o projeto do Registro Civil Nacional. O passo seguinte será a apresentação da iniciativa aos Poderes Executivo e Legislativo. Ainda não há, porém, cronograma definido para as atividades.

Na primeira semana de fevereiro, o TSE promoveu o 1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral, que contou com palestra do assessor de Gestão Estratégica do tribunal, Paulo Cesar Camarão. Ele apresentou ao público interno a ideia do RCN e garantiu não haver sobreposição de competências ao propor a emissão do documento único pela Justiça Eleitoral. "Dadas as condições que a Justiça Eleitoral tem, atualmente, ela é o órgão que tem mais condições de executar este projeto de uma maneira menos dispendiosa. Além disso, a Justiça Eleitoral é um órgão isento, neutro e o projeto é um projeto de Estado, e, desta forma, não importa em que poder ele seja executado, o importante é a execução da melhor forma e com menor custo e isso, hoje, a Justiça Eleitoral tem condição de fazer", disse. A idigital solicitou entrevista com Paulo

AFIF DOMINGOS: BRASILEIRO É PUNIDO PELA FALTA DE SINERGIA DO GOVERNO

ASCOM/TSE

Camarão para explicar tecnicamente o projeto, mas o TSE informou que a ideia está na fase inicial de estudos e ainda não é possível fazer o detalhamento.

» E O RIC?

Quem atua na área de identificação digital tem gravada na mente a imagem da capa da revista idigital número 4, que no primeiro trimestre de 2011 mostrava um risonho Luiz Inácio Lula da Silva segurando o primeiro cartão do Registro de Identidade Civil, emitido no nome dele. Na manchete, lia-se: "RIC: o Brasil na vanguarda da identificação civil."

A reportagem tratava do lançamento oficial do RIC, em 30 de dezembro de 2010, um dos últimos atos oficiais da gestão de Lula na Presidência da República, concluída menos de 48 horas após dois mandatos de quatro anos cada. No lançamento, foram detalhados os 17 itens de segurança da nova identidade brasileira, que assegurariam ao País um dos documentos mais modernos e protegidos do mundo, com diversas possibilidades de aplicação tanto para o Estado quanto para a iniciativa privada.

Um dos destaques do cartão RIC, além dos elementos de segurança, seria a presença de seis camadas de policarbonato laminadas termicamente. Desta forma, o cartão viraria um único bloco, o que aumentaria a resistência física e garantiria a autenticidade da personalização dos dados. Em uma dessas camadas estaria inserido um chip de interface sem contato para reforçar a confiabilidade do cartão, impedindo a manipulação dos registros. O RIC conteria ainda outro chip para armazenamento de informações variáveis. Com toda essa tecnologia, enfatizaram os gestores da iniciativa durante o lançamento, seria inviável economicamente fazer a falsificação do RIC.

Ainda na solenidade de dezembro de 2010 foi anunciado um projeto piloto destinado a emitir dois milhões de cartões já em 2011, que seriam confeccionados pela Casa da Moeda do Brasil. O investimento do Ministério da Justiça na iniciativa seria de R$ 90 milhões. O piloto, no entanto, não foi integralmente implantado e o MJ iniciou um processo de revisão de todo o programa.

Com o possibilidade de criação do Registro Civil Nacional, surgem dúvidas sobre o futuro do RIC. Procurado, o Ministério da Justiça não quis comentar a relação entre os dois projetos. Também não concedeu entrevista, mas em nota informou que o RIC está em fase de planejamento e diagnóstico para ajuste de prazos, custo e datas para emissão do novo documento.

CAPA DA PRIMEIRA IDIGITAL DE 2011 ANUNCIOU A NOVIDADE, QUE PERMANECE NA GAVETA

Diz o texto do MJ: "No primeiro semestre de 2012, o Ministério da Justiça incumbiu a representantes de instituições envolvidas na implementação do RIC de desenvolver um amplo processo de revisão a partir de lições aprendidas do projeto piloto em 2011. O projeto piloto testou conceitos e revelou que o RIC tem uma complexidade muito maior do que se previu inicialmente, identificando pontos chaves para aprimoramento que estão agora sendo incorporados. Essa complexidade se deve a fatores como a evolução tecnológica e a necessidade de interação entre os diversos atores do projeto. Desde então, estão sendo realizadas atividades de planejamento para diversos diagnósticos que servirão de base para estimativas mais precisas dos investimentos necessários e prazos para implantação, o que impossibilita a indicação de custos e datas para a emissão do novo documento, neste momento."

Os prejuízos decorrentes da demora em modernizar a atual carteira de identidade são enormes para toda a sociedade. O próprio governo federal estima que cerca de 10% das 170 milhões de cédulas em circulação no Brasil são falsas. São 17 milhões de documentos irregulares que seguem ativos e podem ser usados para as mais diversas fraudes. Aliás, é o pró-

prio governo que também calcula: 72% dos golpes em bancos e instituições comerciais são provenientes de falsificação ou adulteração de carteiras de identidade (para detalhes dos efeitos nocivos da não implantação do RIC, leia, na página 61, artigo do diretor de Identificação Digital da ABRID, Edson Rezende).

Nesse cenário, ganha destaque a atuação dos institutos de identificação dos estados, que estão na ponta da linha do processo e, hoje, têm a missão efetiva de emitir as identidades dos brasileiros. Com a indefinição sobre o RIC, muitas unidades da federação já deram início à modernização das identidades, como a aquisição de banco de dados das impressões digitais no padrão Afis (sistema de identificação automatizada das digitais, na tradução livre da sigla em inglês), mas dentro do modelo atual do documento, que é de 1983. Em outras palavras, os estados contabilizam perdas com a lentidão em começar a emitir documentos mais seguros.

Na Bahia, a diretora do Instituto de Identificação Pedro Melo, Iracilda Maria de Oliveira Santos, teme pela credibilidade do projeto. "Devido às sucessivas paradas, o RIC caiu no descrédito da população, infelizmente. A promessa de um registro único que iria individualizar o cidadão com segurança, válido em todo o território nacional, foi bem aceita e esperada com ansiedade, porém, não teve sequência. A perda se reflete na ausência de controle dos RGs, cada estado com a sua sequência e seu banco de dados independente, a maioria sem biometria, com alto risco de possibilidade de fraude devido à fragilidade do processo."

A chefe do Departamento de Identificação do Espírito Santo, Karla do Nascimento Lucas, observa que as ações de inteligência são prejudicadas. "Toda nossa informação está desconexa, o que impossibilita seu uso minimamente eficiente. Quando solicitamos informações de outros estados, chegamos a esperar meses pela resposta. No meu ver, uma das mais graves consequências na demora de um sistema que concentre informações é o nosso atraso em relação à gestão das informações, uma burocracia exacerbada que só atrasa todas as áreas da vida do cidadão. Sem falar em relação ao crime, que, opostamente, está cada vez mais organizado."

No Paraná, o diretor do Instituto de Identificação, Alcimar de Almeida Garrett, reforça que a não modernização do RG torna lenta qualquer busca em banco de dados. "Pesquisas no que se refiram à situação civil - caso de falecimento, desaparecimento -, bem como a situação criminal. Essa demora traz uma preocupação geral, tanto por parte das autoridades quanto pela sociedade, posto que um cadastro único facilitaria em muito a pesquisa geral sobre uma pessoa, sem os limites territoriais hoje impostos, minimizando ou neutralizando muitas das ações fraudulentas."

O diretor do Departamento de Identificação do Rio Grande do Sul, Guilherme Ferreira Lopes, avalia que os bandidos saem ganhando. "A demora traz como consequência imediata o aumento dos crimes de falsidade ideológica que, por sua vez, provocam a prática de inúmeros outros crimes como abertura de contas bancárias fantasmas, empresas em nome de laranjas, dentre outros, dando aos criminosos a verdadeira sensação de impunidade, o que tem sido observado ao longo dos anos na mídia, especialmente nos casos do mensalão e petróleo e, agora, contra a Receita Federal."

Por fim, o diretor do Instituto de Identificação de Sergipe, Everett Ferreira da Silva, reforça o apoio dos estados ao RIC: "Nosso Instituto é a realidade de todos da federação. Buscamos, com a implantação do RIC, proporcionar uma identificação civil e criminal com segurança, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade, evitando que inocentes sejam prejudicados por falsários que a todo o momento vêm agindo utilizando os dados qualitativos de outros, para adquirirem benefícios de forma ilícita".

CÉLIO RIBEIRO E O ENTÃO PRESIDENTE LULA, NO FIM DE 2010

O RCN E OS ESTADOS

Responsáveis por Institutos de Identificação dos Estados avaliam a proposta de a Justiça Eleitoral emitir o Registro Civil Nacional

DIVULGAÇÃO

Seria uma mudança radical na atribuição do TSE, e uma usurpação de uma atividade inerente aos Institutos de Identificação dos estados, que têm como principal atribuição promover a identificação civil do cidadão. Os estados, como entes federativos da União, têm como prerrogativa proporcionar ao cidadão a sua identificação civil. Cabe à União proporcionar os meios para a integração dos cadastros dos Institutos de Identificação através da criação do Cadastro Nacional do Registro de Identificação Civil e viabilizar a emissão do Registro de Identificação Civil para todos os cidadãos brasileiros"."

Iracilda Maria de Oliveira Santos, Diretora do Instituto de Identificação Pedro Melo (Bahia)

Penso que tanto a identificação civil quanto a criminal são atividades dos órgãos de identificação e devem continuar a serem exercidas pelos Institutos/ Departamentos de Identificação. Portanto, qualquer ação a ser tomada no sentido oposto deve ter a participação de todos os entes envolvidos na questão"."

Karla do Nascimento Lucas, Chefe do Departamento de Identificação do Espírito Santo

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

Acredito que, com a implantação de um sistema moderno, quem ganha é o cidadão de bem, o Estado e as instituições privadas, seja pelo TSE ou qualquer outro órgão. Não podemos nos prender em decidir politicamente o gerenciador, não podemos mais perder tempo, os problemas relacionados à individualização do homem são latentes, reais"."

Antônio Ricardo Teixeira Moura Paula, Diretor do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Pará

Não acreditamos nessa possibilidade, pois o TSE hoje tem apenas uma faixa de cadastros biométricos - os indivíduos que votam - e os Institutos de Identificação de todo o País têm o banco biográfico e biométrico completo de toda a população brasileira, afora possuir nos seus quadros profissionais que respondem pela área biométrica desse banco, situação que em rápida análise inviabilizaria o TSE de administrar esse processo. A iniciativa do TSE derivou, ao nosso ver, pela demora do governo federal em implementar o RIC"."

Alcimar de Almeida Garrett, Diretor do Instituto de Identificação do Paraná

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

Esse projeto do TSE de criação do RCN é uma das maiores aberrações que se teve notícia nos últimos anos, uma vez que ao pensar num projeto desses, o TSE está ignorando totalmente o Brasil como uma nação federada, pela ideia de assumir a atividade de identificação civil, que é atribuição específica dos estados. O TSE não conhece o assunto de identificação, o que pode ser constatado nos locais em que está realizando o cadastramento biométrico, em que a qualidade da captura da impressão digital não é preocupação do prestador de serviço, resultando uma base de dados biométricos com ressalvas de qualidade"."

Guilherme Ferreira Lopes, Diretor do Departamento de Identificação do Rio Grande do Sul

Sabe-se que o sistema RIC terá a implantação do Afis, que garantirá a integridade de todas as atribuições ligadas à identificação da pessoa por meio de impressões digitais. Entende-se que o sistema é complexo e exige capacidade, habilidade, experiência técnica de pessoas da área de perícia papiloscópica. Enfim, não recomendamos que estas atividades sejam desviadas para terceiros, uma vez que as próprias leis estaduais regulamentam a atuação dos profissionais envolvidos neste contexto"."

Everett Ferreira da Silva, Diretor do Instituto de Identificação de Sergipe

DIVULGAÇÃO

TRÊS PERGUNTAS PARA

ISAAC AMORIM-ACS/MJ

CÉLIO RIBEIRO, PRESIDENTE DA ABRID

Com a proposta do RCN, o que já foi feito no projeto RIC será perdido?

CR: Não acreditamos nessa possibilidade. A verdade é que lá se foram mais quatro anos sem uma identidade segura. Até hoje ostento na prateleira de minha sala a foto em que eu e o então presidente Lula, no dia 30 de dezembro de 2010, apresentávamos o cartão RIC. Um ato que consolidava e dava fim a uma etapa árdua de trabalho cooperado entre a iniciativa privada, através da ABRID e o poder público, no qual o Ministério da Justiça coordenou e orquestrou de forma harmoniosa com demais ministérios e secretarias. Foram anos de dedicação e trabalho. A materialização do resultado final estava lá, em nossas mãos, emitido e válido oficialmente, o novo Cartão RIC, confeccionado em estrita observância da Portaria 02/2011 da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, com base no Decreto 7.166/2010 que regulamentou a Lei 9.454/97, plenamente em vigor na data de hoje. Temos a certeza de que esse trabalho não será desperdiçado. Vale ressaltar que a indústria instalada no Brasil se mobilizou e investiu forte, tanto em equipamentos quanto em recursos humanos para atender a essa demanda do governo brasileiro.

Como a ABRID vê, então, a ideia de criar o Registro Civil Nacional?

CR: Estamos tentando nos inteirar melhor sobre o assunto, solicitando audiências com os

responsáveis. Importante para nós é que a indústria aqui instalada possa ser ouvida e que o trabalho já executado não seja perdido. Afinal, temos toda uma legislação escrita, embasada por pessoal técnico qualificado das mais sérias instituições públicas do Brasil, como o Departamento de Policia Federal, através principalmente da sua Diretoria Técnico-Científica, e o ITI, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Não queremos crer que esse trabalho, estudo e competências serão deixados de lado. Queremos acompanhar e apoiar qualquer movimento que tenha como objetivo melhorar o sistema de identificação do País.

Como a Justiça Eleitoral participa do tema da identificação do brasileiro?

CR: Temos no Brasil uma situação nada confortável com o atual Título de Eleitor. Trata-se de documento específico para uso na Justiça Eleitoral, mas que não tem valor na hora de votar. Ou seja, na hora do voto, usa-se outro documento para se exercer o direito ao voto. Em virtude disso, e da consequente fragilidade da identificação do eleitor, o TSE vem há muitos anos buscando o aprimoramento de seu documento. O que é agora chamado de RCN, já foi amplamente discutido há exatos 10 anos. Tive chance de pessoalmente acompanhar alguns movimentos da Justiça Eleitoral no ano de 2005. Naquele ano ocorreu o Seminário da Justiça Eleitoral, que teve como tema Identificação do Eleitor e Reforma Política. O objetivo daquele seminário foi o de apresentar um novo conceito de solução para o documento de votação. Vejam a importância desse assunto e o tempo perdido! O evento ocorreu nos dias 7 e 8 de abril de 2005. Exatos 10 anos se passaram. Naquele momento, o iminente ministro Carlos Velloso presidia o TSE. O documento foi apresentado pelo então ministro do Tribunal, Fernando Neves. Naquela época, o secretário de Informática do TSE era o hoje assessor do mesmo tribunal, senhor Paulo Cesar Camarão, e o atual ministro do TSE, José Antonio Dias Toffolli, era o subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, presente naquele seminário, que reunia um número extraordinário de pessoas do mais alto nível técnico e intelectual do País. Tenho ainda guardada com carinho e respeito a vasta documentação apresentada e o teor dos relatórios e discussões técnicas ocorridas naquele momento. Hoje, 10 anos depois, ao ler esse material, percebo que as situações e dificuldades ali apresentadas continuam aguardando respostas. Mas algo mudou. Ao final do seminário, no discurso de encerramento, o então ministro Francisco Peçanha Martins, à época Corregedor-Geral Eleitoral e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, disse: ***"No decorrer de minha vida profissional, tenho conhecido funcionários excepcionais e dedicados, mas no que diz respeito aos do Tribunal Superior Eleitoral, devo dizer, neste momento em que praticamente me despeço daquela Corte, que ali se abrigam excepcionais funcionários, em todos os níveis. E um deles, exatamente aquele que cuida do acompanhamento junto ao Legislativo, o senhor Sebastião Jorge, trouxe-me ontem a Lei 9.454, já aprovada no Congresso, que diz respeito à identificação do cidadão, assinalando que talvez bastasse uma regulamentação para incluir a identificação do eleitor. Trata-se, enfim, de matéria a ser discutida e perseguida para que possamos sanar este único senão que ainda resta corrigir para que o sistema se complete"***. Isso que mudou. A Lei 9.454 já está totalmente regulamentada. Estaremos juntos, acompanhando, apoiando e defendendo os interesses e necessidades de nosso País.

BEM MAIS SIMPLES

Bem Mais Simples Brasil. Este é o nome do programa coordenado pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), ligada à Presidência da República, com a meta de simplificar a vida dos brasileiros. A iniciativa possui cinco pontos fundamentais: eliminar exigências que se tornaram obsoletas com a tecnologia; unificar o cadastro e a identificação do cidadão; dar acesso aos serviços públicos em um só lugar; guardar informações do cidadão para consultas e resgatar a fé na palavra do cidadão, substituindo documentos por declarações pessoais.

O ministro Guilherme Afif Domingos, da SMPE, avalia que o Estado tem de centralizar as informações sobre os brasileiros. "O cidadão precisa de mais de 20 documentos para exercer seus deveres e direitos. Temos que mudar essa realidade, simplificando os procedimentos e criando um cadastro unificado. Os órgãos é que vão buscar as informações. O cidadão é um só e cabe aos entes e órgãos compartilharem estas informações."

De acordo com a SMPE, hoje o brasileiro está submetido a 20 tipos diferentes de documentos e cadastros – número que é de apenas 3 em países como Chile, Estônia e Portugal. O excesso na vida privada é refletido na vida empresarial, já que aqui são necessários 12 procedimentos para abrir uma empresa, enquanto em Portugal são apenas 3 passos e, nos Estados Unidos, 6. O resultado de tanta burocracia fica claro no tempo médio de dias para abrir uma empresa: 102,5 no Brasil; 5,5 no Chile; 4,5 na Estônia; 4 nos Estados Unidos e 2,5 em Portugal.

Segundo Afif Domingos, a integração de dados a partir do Bem Mais Simples Brasil vai facilitar a vida dos brasileiros e reduzir despesas desnecessárias aos cofres públicos. "A vida do cidadão brasileiro é bem mais complicada do que em outros países. Precisamos reduzir o número de documentos e garantir processos menos burocráticos para que o Estado possa atendê-lo com mais eficiência."

País	Documento e cadastros para o cidadão	Procedimentos para abertura de empresas	Dias para a abertura de empresas
Estados Unidos	6	6	4
Portugal	3	3	2,5
Estônia	3	4	4,5
Chile	3	7	5,5
Brasil	20	12	102,2

Fonte: SMPE.

RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO

O Brasil tem hoje nada menos que 142 milhões de eleitores e um sistema de votação eletrônica consagrado mundialmente como um dos mais seguros e confiáveis. De fato, é o maior sistema de votação eletrônica do planeta, e diversos países fazem visitas técnicas e solicitam informações do TSE sobre o funcionamento da eleição nacional.

O ano de 1996 marcou o início de um modelo que iria transformar a forma como o brasileiro vê o processo de votação e apuração nas eleições, a urna eletrônica. De lá para cá muitas modernizações foram implantadas e, em 2008, aconteceu em três cidades do interior do Mato Grosso do Sul, de Rondônia e de Santa Catarina o piloto da votação biométrica. Pelo novo sistema, o eleitor usa a impressão digital para liberar a urna para votação. A Justiça Eleitoral aproveita o recadastramento obrigatório de dados dos eleitores para fazer a coleta dos dados biométricos.

Desde então, o TSE segue um detalhado cronograma de recadastramento com a meta de promover eleições 100% biométricas em 2018, com os dados de todos os eleitores inseridos no banco – que seria a base para o novo Registro Civil Nacional. Hoje, o número de cadastrados biometricamente está em 24,5 milhões.

O padrão adotado pela Justiça Eleitoral permite o uso não apenas da impressão digital. "Projetou-se não ser simplesmente um Afis, mas um Abis, que seria a possibilidade de se ter a identificação biométrica efetivamente, não só de digitais. Havendo uma dificuldade de decisão com relação à duplicidade, se usa outro recurso, que é a análise facial. E este sistema já estará pronto para isso. Já coletamos a imagem do eleitor dentro dos padrões necessários para se fazer a análise facial. Então, é muito mais completo e traz muito mais credibilidade e também agilidade na decisão destas análises e individualizações desses registros", detalha o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino.

Ele ainda avalia que o uso da biometria amplia ainda mais a confiabilidade do sistema. "Saímos de um cenário desacreditado (20 anos atrás) para um alto índice de credibilidade. Hoje nós temos mais de 90% de credibilidade por parte do eleitor com relação às eleições brasileiras."

NELSON JR-ASICS/TSE

20 anos

cards
Payment
& identification

DUAS DÉCADAS DE SUCESSO

Cards Payment & Identification chega à edição de número vinte em 2015 e mostra a força do mercado de pagamento e identificação

ESTANDE DA ABRID NA FEIRA PERMITIU ÀS ASSOCIADAS E PARCEIROS PROMOVER REUNIÕES DE TRABALHO, ALÉM DE DIVULGAR A ATUAÇÃO DA ENTIDADE E DE DISTRIBUIR PUBLICAÇÕES AOS VISITANTES

"A Cards consagrou-se como um dos mais respeitados eventos da área. Frequentam a Cards desde clientes finais até o pessoal técnico altamente qualificado. Importante perceber que hoje não está limitada à presença de determinado nicho de mercado. Temos no evento formadores de opinião e representantes de instituições públicas e privadas do mais alto nível."

A declaração é de Célio Ribeiro, presidente da ABRID, em entrevista à Revista Varejo & Oportunidades, que na edição de abril trouxe um suplemento especial sobre a Cards. Ribeiro ainda enfatizou a importância do mercado nacional de tecnologia em identificação: "O Brasil é o maior mercado em expansão de tecnologia de identificação do mundo. Estamos ainda no início de uma grande mudança de tecnologia. Somos um país onde a tecnologia e a inovação são bem aceitas e desejadas."

A avaliação do presidente reforça a importância da Cards Payment & Identification, que em 2015 chegou à vigésima edição. Realizada de 14 a 16 de abril no Transamerica Expo Center, em São Paulo, a feira buscou conteúdo inovador para atender as necessidades do mercado de meios de pagamento, especialmente sobre a normatização do mercado, que deve aumentar a confiabilidade, privacidade, transparência e acesso à informação das empresas da cadeia de meios de pagamento do Brasil.

A plenária teve como foco o posicionamento e a sobrevivência das empresas de acordo com a regulamentação do mercado e um passo-a-passo para a atuação das empresas no mercado regulado. Experts da cadeia de meios de pagamentos debateram os impactos e a influência do mobile payment e de novas tecnologias para os negócios atuais das companhias, além de outras plataformas e programas de fidelidade que estão em ascensão no país.

A Cards contou ainda com quatro fóruns de especialidades, com aprofundamento nos temas e reunião do público de interesse em cada um deles: "Fraudes e Segurança da Informação", "Show Cases de Mobile Payment e Novas Tecnolo-

gias", "O Mercado de Adquirentes e Novos Entrantes" e "O Mundo dos Pré-Pagos e Seu Comportamento no Mercado".

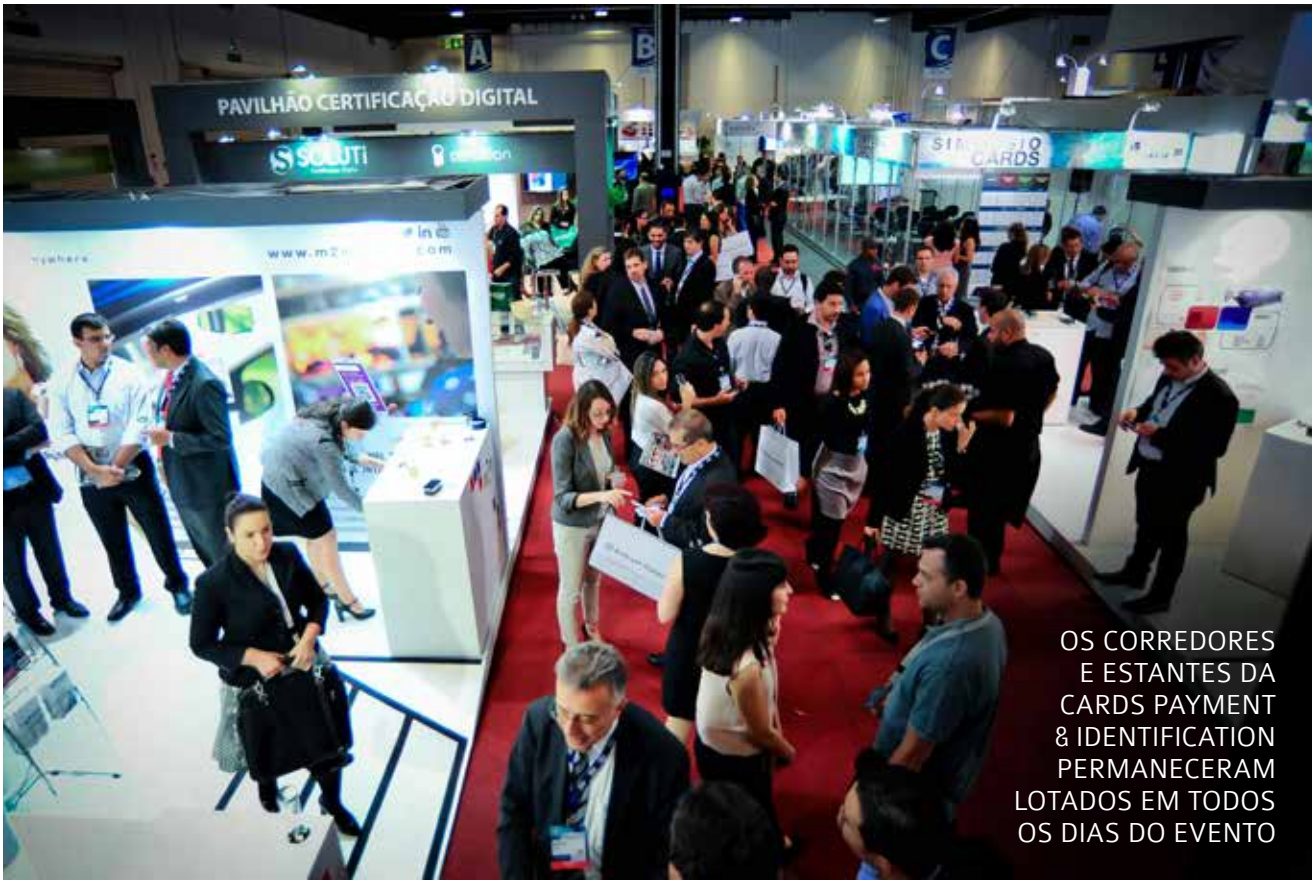
Em paralelo à Cards, foi realizado ainda o III Seminário Nacional de Certificação Digital, promovido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e organizado pela ABRID (detalhes na página 50).

O diretor da BTS Informa, José Danghesi, empresa que promove a Cards, classifica a edição de número 20 como um sucesso. "A Cards nos surpreendeu com uma melhor visitação do que nos anos anteriores sem perder o perfil extremamente qualificado do público, que são tomadores de decisão nas empresas, têm uma agenda de compromissos bastante atribulada e abrem mão de alguns desses compromissos para conferir e degustar novidades. Justamente por isso, nossa maior preocupação é gerar interesse e tendências para essas pessoas. A feira é reflexo do nosso esforço ao longo do ano para trazer novas tecnologias e trazer novas formas de vivenciar a tecnologia. Os expositores estão muito satisfeitos com o resultado e fechamos essa vigésima edição com chave de ouro."

Já Nadja Curti, diretora de Eventos da BTS Informa, reforça que o sucesso dos debates organizados este ano. "São várias as novidades que nós trouxemos, coisas que não conseguimos realizar em anos anteriores e que atendem a expectativa tanto do público expositor quanto do visitante. Realizamos neste ano um congresso só de soluções para e-commerce. Outras (novidades) foram as demonstrações de tecnologia dentro do evento. Então, por exemplo, teve um supermercado do futuro, onde todas as soluções de meio de pagamento que você pode ter em um varejo podiam ser degustadas pelo visitante."

A ABRID, claro, teve participação ativa na Cards. A Associação montou um estante no evento com sala de reuniões, que ficou disponível para uso das empresas associadas e dos parceiros. O diretor de Identificação Digital da ABRID, Edson Rezende, coordenou os trabalhos durante a feira e se diz bastante satisfeito com os resultados. "A Cards se confirma a cada ano como um evento essencial para o mercado, pois, além de permitir profundas e importantes discussões, abre espaço para a apresentação das mais modernas tecnologias no segmento."

Além da própria ABRID, participaram como expositoras da 20ª Cards Payment & Identification as associadas: Boa Vista, Datacard, Infineon, IntelCav, Mako, Morpho, NXP Semiconductors, Smartrac, Soluti, Valid e Vision-Box Brasil. Confira nas próximas páginas como foram os estandes das associadas ABRID.



OS CORREDORES E ESTANTES DA CARDS PAYMENT & IDENTIFICATION PERMANECERAM LOTADOS EM TODOS OS DIAS DO EVENTO

ASCOM/ITI

ASCOM/ITI

ASCOM/ITI

ASCOM/ABRID

IntelCav
O que há de mais moderno e seguro em soluções para identificação.
IntelCav
IntelCav

ASCOM/ITI

Mako
ID PHOTO SYSTEM
Mako
ID PHOTO SYSTEM
Mako
ID PHOTO SYSTEM

ASCOM/ITI

ASCOM/ITI

NXP
IC solution for a seamless
AES security upgrade
MIFARE PLUS SE
• Entry level version of the proven MIFARE Plus product family
• 1K EEPROM with value block support
• Fully MIFARE Classic compatible
• Deploy AES ready products into running MIFARE Classic systems
www.MIFARE.net
MIFARE
NXP
SALA
VIP
cards
Payment

ASCOM/ITI

SMARTRAC
connect things!
Explore the Next Generation of Intelligent RFID Solutions
Sensor DogBone - First High Volume
UHF Passive Sensor Inlay

ASCOM/ABRID

ASCOM/ITI

ASCOM/ITI

ASCOM/ITI

O MUNDO NÃO PARA.

A IDIGITAL TAMBÉM NÃO.

Anuncie na idigital e apareça para quem está sempre conectado com a tecnologia de identificação digital.

revista idigital

revista@abrid.org.br 61 3326 2828

DEMANDA
ATENDIDA

III Seminário Nacional **de Certificação Digital**

Busca por informações faz Seminário Nacional de Certificação Digital passar de um para dois dias, o que demonstra a importância do tema

ASCOM/ITI

O III SEMINÁRIO NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL PERMITIU AMPLOS E PROFUNDOS DEBATES SOBRE AS APLICAÇÕES DO CERTIFICADO DIGITAL NO MERCADO BRASILEIRO

Um evento em crescimento. Com organização da ABRID, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) promoveu em 15 e 16 de abril o III Seminário Nacional de Certificação Digital. O evento foi realizado em paralelo à Cards Payment & Identification, que aconteceu de 14 a 16 de abril no Transamerica Expo Center, em São Paulo (detalhes na página 35).

Nas duas primeiras edições, o seminário aconteceu em apenas um dia, mas em 2015 a programação foi ampliada. Nadja Curti, diretora de Eventos da BTS Informa, empresa que organiza a Cards e também trabalhou no seminário, comemora: "o seminário acontecia em apenas um dia e foi solicitado que acontecesse em dois dias de evento. O público mais do que dobrou, então, havia uma expectativa muito grande que esse público da certificação, talvez nessa região carente de informações, que atendeu e que elogiou muito essas ações."

O presidente da ABRID, Célio Ribeiro, reforça que o uso da certificação digital está em expansão, o que aumenta a demanda por eventos como o seminário. "Isso mostra que o certificado digital tem cada vez mais aplicações e vai se consolidando no cotidiano do brasileiro". O diretor de Identificação Digital da Associação, Edson Rezende, completa: "sim, o certificado digital está consolidado entre as empresas e a cada dia fica mais próximo do cidadão, da pessoa física".

» PALESTRAS CONFIRMAM EXPANSÃO DOS CERTIFICADOS

A abertura do III Seminário Nacional de Certificação Digital foi feita pelo diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI. Maurício Coelho fez um raio-X da situação atual da ICP-Brasil, que fornece a infraestrutura para o sistema de certificação digital brasileiro. "2014 foi um ano especial, o número de emissões de certificados teve um aumento de 15%. A projeção para 2015 é de um crescimento de mais de 16%. Esses números demostram a maturidade e consistência do sistema".

O credenciamento de Autoridades Certificadoras (ACs) e, principalmente, de Autoridades de Registro (ARs) foi enfatizado como um importante fato para o crescimento do setor. "A grande procura por certificados digitais ICP-Brasil é uma realidade. Ficamos seguros em ofertar o serviço, pois há uma infraestrutura de qualidade disponível para atender ao mercado com tranquilidade", explicou.

Coelho destacou o surgimento de novas aplicações como um dos motivos para o aumento no número de emissões. Duas aplicações tiveram

destaque e devem atrair ainda mais usuários para a ICP-Brasil neste ano, o e-Social e o Portal Empresa Simples. Ele ainda ressaltou o uso de certificados digitais em dispositivos móveis. Diversas ACs estão apresentando ao ITI, desde o começo do ano, soluções que possibilitam, seja por armazenamento do certificado no aparelho ou com leitoras externas, o uso do certificado ICP-Brasil em aparelhos móveis.

Além da facilidade de uso, o diretor destacou outros benefícios do uso do certificado em meios móveis, como a maior garantia de posse do certificado, dificilmente alguém emprestará seu celular como atualmente é feito com o token e o cartão; a possibilidade de assinar a distância; os diferentes formatos possíveis de comercialização de certificados digitais e a facilidade de uso. "É importante lembrar que a legislação vigente já permite o uso de certificados digitais ICP-Brasil em dispositivos móveis", completou Maurício Coelho.

Na palestra seguinte, o secretário-geral do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), Frederico Jorge Assad, falou sobre a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (Cnib). O Registro de imóveis é a atividade de organização técnica e administrativa destinado a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos relativos a imóveis.

De acordo com Assad, com o advento de novas tecnologias, surgiu a necessidade de formas mais ágeis de informar a todos sobre a indisponibilidade de bens. "Era necessária uma comunicação em tempo real para notários e registradores de imóveis a fim de garantir maior efetividade das ordens de indisponibilidade e segurança jurídica para negócios jurídicos na via extrajudicial". Assim, surgiram os estudos para implantação da Cnib.

A central, criada em 25 de julho de 2014, recebe acesso de um grande público, como representantes do Banco Central do Brasil, do Poder Judiciário, da Agência Nacional de Saúde, da Superintendência de Seguros Privados, do Tribunal de Contas da União e das Comissões Parlamentares de Inqueridos, entre outros. O sistema digital trouxe mais segurança, maior interligação entre os órgãos, mais agilidade para os atos e economia de insumos. Para acessar o Portal é necessário o uso de um certificado ICP-Brasil tipo A3.

O primeiro dia do evento foi encerrado pelo consultor de Certificação Digital da Rede ICP-Seguros, Rodrigo Macedo. Ele detalhou o Portal de Assinaturas do Mercado de Seguros, AssinaSeg. Macedo iniciou a apresentação destacando a importância do surgimento de aplicações do setor privado para fomentação do uso do certificado digital.

Com foco no mercado privado, o AssinaSeg possibilita que a seguradora produza a apólice, a corretora distribua o produto e preste assistência técnica e o que o segurado assine os documentos, tudo de forma digital. "O mercado de seguros representa 6% do PIB brasileiro e tem um crescimento anual de 10%. São 51 milhões de consumidores que poderão utilizar um certificado digital ICP-Brasil", destacou Macedo.

O segundo dia do seminário foi iniciado pelo assessor técnico do ITI, Ruy Ramos, que apresentou o Verificador de Conformidade do Padrão Brasileiro de Assinatura Digital padrão ICP-Brasil. Iniciativa do próprio ITI, desenvolvida mediante cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a aplicação pode confirmar ou não se a assinatura de um documento é aderente às políticas estabelecidas pelo DOC ICP-15, documento que apresenta a visão geral sobre a política de assinaturas no âmbito da ICP-Brasil.

Além de detalhar tecnicamente todos os elementos que compõem a iniciativa, Ramos destacou o aspecto legal do padrão de assinaturas ICP-Brasil. "Do ponto de vista jurídico, é importante esclarecer que um documento assinado com certificado digital ICP-Brasil pode ter políticas de assinatura diferentes das expostas pelo DOC ICP-15, o que não significa sua invalidade legal. Antes, a adesão a tais políticas de assinatura concorre para aspectos bastante importantes como a interoperabilidade, confiabilidade e credibilidade de assinaturas, mas em

O PÚBLICO LOTOU O AUDITÓRIO EM TODAS AS PALESTRAS DOS DOIS DIAS DE DEBATES

ASCOM/ABRID

hipótese alguma podemos afirmar que padrões diferentes significam invalidade", tranquilizou.

Na sequência, o presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo (CNB/SP), Carlos Fernando Chaves, apresentou duas iniciativas para uso na área cartorial brasileira. A Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec) e a Central Notarial de Autenticação Digital (Cenad) pretendem colaborar para a modernização do acesso e do controle das informações notariais no Brasil.

A Censec tem como finalidade centralizar os dados referentes às escrituras públicas, procurações, testamentos, inventários, separações e divórcios, viabilizando a consulta por parte de entidades públicas e usuários do serviço notarial. Além disso, também são meta da central a unificação nacional das bases cartoriais no Brasil e ser forte aliada da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Já a Cenad é um módulo da Censeg que tem por finalidade chancelar a desmaterialização de documentos, ou seja, garantir que a versão digitalizada tenha teor idêntico daquela autenticada nos trâmites ordinários da atividade notarial brasileira. Assim, o documento eletrônico ganhará um código, análogo ao selo de autenticação, que pode ter sua autenticidade verificada no endereço www.cenad.org.br.

Por sua vez, o advogado Diogo Rossetti Cleto, da Ramos Fernandez Rossetti Cleto Advogados, falou sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJ-e), do ponto de vista dos advogados. Cleto fez um breve histórico do surgimento do processo eletrônico, desde a aprovação da Medida Provisória 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil, passando pela Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

Cleto destacou os benefícios dos processos eletrônicos. "Com o PJ-e temos mais publicidade e acessibilidade aos atos, celeridade nos processos, temos a garantia de autenticidade e integridade dos atos com o uso do certificado ICP-Brasil, além de reduzir o uso de insumos".

Encerrando a edição 2015 do Seminário Nacional de Certificação Digital, o Secretário-Executivo de Tecnologia da Informação da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), José Odilon Tito, apresentou os usos do certificado digital ICP-Brasil nas aplicações da Jucesp. Com uma apresentação técnica, que destacou como foi implantado o uso do certificado nos sistemas, Tito falou de diversas apllicações como o Sistema Integrado de Licenciamento (SIL), o Jucesp Online e o Via Rápida Empresas (VRE).A Jucesp é o órgão responsável pelo registro de fé pública e publicidade dos documentos arquivados pelos empresários, sociedades empresariais e sociedades e cooperativas do estado. "No Brasil todo, são 27 juntas. O volume da Jucesp é por volta de 40% do volume de todas as juntas do Brasil. O volume da Juscesp atinge quase que metade do Brasil inteiro, pelo próprio dinamismo do estado. Isso leva a gente a muita tramitação de documento", comparou.

Com informações do ITI.

MAURÍCIO COELHO, DO ITI, FEZ A ABERTURA DO EVENTO E DESTACOU A EXPANSÃO DO USO DO CERTIFICADO DIGITAL NO BRASIL; AS EMISSÕES CRESCERAM 15% EM 2014

ASCOM/ABRID

CONFIRA COMO FOI A PROGRAMAÇÃO DOS DOIS DIAS DE EVENTO.

15/abr • Quarta-feira	
09h30	Credenciamento
10h00	**Sistema de Certificação Digital Brasileiro – ICP-Brasil** Maurício Coelho, *Diretor da Infraestrutura de Chaves Públicas – ITI*
10h40	Intervalo
11h00	**Portal Empresa Simples** Carlos Leony, *Secretário de Competitividade e Gestão da Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa – SMPE*
12h00	Almoço
14h00	**Central de Indisponibilidade de Bens** João Pedro Paiva, *Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB*
15h00	**Portal de Assinatura do Mercado de Seguros** Rodrigo Macedo, *Consultor de certificação digital da Rede ICP-Seguros*
16h00	Coffee-Break/Encerramento

16/abr • Quinta-feira	
09h30	Credenciamento
10h00	**Verificador de conformidade do padrão de assinatura ICP-Brasil** Ruy Ramos, *Assessor técnico do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI*
10h40	Intervalo
11h00	**Central Notarial de Autenticação Digital e de Serviços Eletrônicos Compartilhados** Carlos Fernando Chaves, *Presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo – CNB/SP*
12h00	Almoço
14h00	**O processo judicial eletrônico** Diogo Rossetti Cleto, *Ramos Fernandez Rossetti Cleto Advogados*
15h00	**Usos do certificado ICP-Brasil nos Sistemas da Jucesp** José Odilon Tito, *Secretário-Executivo de Tecnologia da Informação da Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp*
16h00	Coffee-Break/Encerramento

fonte: ITI.

Cada empresa tem uma história que reflete a forma única encontrada por seus sócios, diretores e funcionários na busca por soluções pela implantação de processos e desenvolvimento de tecnologias. É a soma de um conjunto de fatores que faz de cada empresa, cada grupo, cada corporação um caso de sucesso. Resumir todas essas histórias em um único texto não seria justo para quem desenvolveu tudo isso, nem para o leitor, que perderia conteúdo, a essência da história e a oportunidade de apreender informações que podem provocar mudanças, auxiliar na tomada de decisões, no planejamento do futuro. É por isso que a revista idigital abre espaço para que as associadas ABRID dividam seus casos de sucesso com você.

Boa leitura.

CASOS E ARTIGOS

Tecnologia

revista

idigital

A ABRID publica trimestralmente um veículo especialmente destinado ao universo da identificação digital. A ***idigital*** divulga os assuntos e fatos peculiares à atuação das associadas e áreas afins. Colaborações são muito bem-vindas. Artigos e cases serão avaliados pela Comissão Editorial para publicação conforme as regras seguintes.

Abrid quarterly publishes a magazine especially designed for digital identification. Idigital publishes issues and facts regarding the work of the associates and related areas. Contributions are welcome. Papers and cases will be reviewed by the Editorial Board for publication according to the following rules.

NORMAS EDITORIAIS

EDITORIAL STANDARDS

1 Serão aceitos artigos originais e inéditos diretamente ligados à Tecnologia de Identificação Digital e temas afins, submetidos à avaliação e aprovação da Comissão Editorial.*Original and unpublished papers directly related to Digital Identification Technology and related subjects, submitted to review and approval by the Editorial Board will be accepted*

2 O espaço é destinado a artigos em formato acadêmico, não sendo permitidos textos meramente jornalísticos ou que visem divulgação publicitária ou promocional de empresas, serviços ou produtos. *The space is intended only for papers in academic format. Merely journalistic texts, or aiming at advertising or promoting companies, services or products are not allowed.*

3 Os textos deverão estar escritos em língua portuguesa e incluir referência bibliográfica (quando necessário), resumo, palavras-chave, abstract e keywords (os dois últimos em inglês). *The texts must be written in Portuguese and include book references (when necessary), abstract and keywords, (both in Portuguese and English).*

4 À Abrid reserva-se o direito de sugerir alterações de estrutura e conteúdo dos trabalhos, que deverão ser acordadas com os autores. Não serão admitidas mudanças após o envio para composição editorial. *ABRID reserves the right to suggest changes in the structure and content of the work, which must be agreed with the authors. No changes will be allowed after submission to design and layout.*

5 As opiniões emitidas nos artigos, bem como a exatidão das informações e das referências bibliográficas, são de exclusiva responsabilidade dos autores. *The opinions expressed in the papers, as well as the accuracy of the information and references, are solely responsibility of their authors.*

PADRÃO PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

STANDARD GUIDELINES FOR TEXT SUBMISSION

1 Programa: Microsoft Word (doc ou docx). *Programme: Microsoft Word (doc docx).*

2 Fonte: Arial 11. *Font: Arial 11.*

3 Quantidade de caracteres (incluindo espaços): mínimo de 4.500 e máximo de 8.500, incluídas as ilustrações, fotos e bibliografia ou créditos. *Characters (including space): 4,500 minimum and 8,500 maximum, including illustrations photos and book references or the credits*

4 Incluir sugestão de título e nome dos autores, com breve perfil individual contendo titulação, endereço eletrônico, instituição e dados da empresa associada. *Include suggested title and name of the authors, with a short individual profile, containing information on education and qualifications, email address, institution and details of the associated company.*

5 Resumo e abstract: Máximo de 200 palavras cada. *Abstracts: Maximum 200 words in each language.*

6 Palavras-chave e keywords: máximo de seis cada. *Key words: maximum 6 in each language*

7 Ilustrações (tabelas, quadros e figuras): com legendas detalhadas. *Illustrations (tables, charts and pictures): with detailed captions.*

8 Bibliografia (referenciada e/ou consultada): de acordo com as normas da ABNT - NBR6023 ~V ago2002. *Book references (suggested and/or quoted): in accordance with ABNT - NBR6023 ~V Aug 2002 standard*

9 Atendidas as recomendações da Comissão Editorial, os trabalhos aprovados para publicação deverão ser remetidos conforme especificações para envio de material. *Having met the recommendations of the Editorial Board, papers approved for publication should be sent according to the specifications below.*

ENVIO DE MATERIAL

SPECIFICATIONS FOR SENDING THE MATERIAL

1 Remessa por e-mail para **flavia.raimundo@abrid.org.br** com cópia para **revista@abrid.org.br**. Imagens e ilustrações devem ser enviadas em arquivos separados do texto (doc ou docx), em alta definição e com extensão jpeg (300 dpi). Gráficos devem ser enviados em Excel (xls ou xlsx), também em arquivo separado. Todos os arquivos (texto, imagens, gráficos) devem ser remetidos na mesma mensagem. *By e-mail to: **flavia.raimundo@abrid.org.br** with carbon copy to: **revista@abrid.org.br.** Images and illustrations should be sent separately from text files (doc or docx), in high definition with extension jpeg (300 dpi). Graphs must be sent in Excel (xls or xlsx), also in a separate file. All files (text, images, and graphs) must be attached to the same message.*

2 O material deverá ser encaminhado de acordo com cronograma enviado às associadas. *The material must be submitted according to the schedule sent to the associated companies.*

3 Não haverá cobrança de valores monetários para publicação dos trabalhos aceitos, nem pagamento pela colaboração, que é voluntária. *There will be neither charge of monetary values for publishing the accepted papers, nor payment for the contribution, which is voluntary.*

4 Endereço para correspondência: CLSW 105 - bl. A - salas 104 a 106 / Sudoeste Brasília-DF - 70670-431 - (61) 3234.6282 - Aos cuidados de Flávia Raimundo - E-mail: flavia.raimundo@abrid.org.br com cópia para: revista@abrid.org.br

Mail address: CLSW 105 - bl. A - salas 104 a 106 / Sudoeste - Brasília-DF - 70670-431 - (61) 3234.6282 - To the care of: Flávia Raimundo E-mail: flavia.raimundo@abrid.org.br carbon copy: revista@abrid.org.br

RESUMO

Este artigo resgata a história recente do projeto de criação do RIC, Registro de Identidade Civil, e defende o aproveitamento das bases já criadas em eventual implantação do RCN, Registro Civil Nacional – proposta recentemente apresentada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

PALAVRAS-CHAVE

Identificação civil, RIC, RCN.

ABSTRACT

This article describes the recent history of the project behind the creation of the RIC – Civilian Identity Registry – and it advocates for the use of the bases already created for an eventual implementation of the RCN – Nacional Civilian Registry – which was recently proposed by the TSE – Superior Electoral CourtSupreme Electoral Tribunal (TSE).

KEYWORDS

Civil identification, RIC, RCN.

RIC, UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROJETO DO NOVO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO BRASILEIRO

POR EDSON REZENDE DE OLIVEIRA

Nosso atual sistema de identificação civil, ou seja, a emissão da Carteira de Identidade do brasileiro, a base para emissão de todos os demais documentos que necessitamos e utilizamos, data de 1983. Com mais de 30 anos de existência, é um dos sistemas mais obsoletos, vulneráveis e falhos que se tem noticia na identificação do cidadão pelo mundo.

Cada cidadão brasileiro, na atualidade, pode conseguir um número incalculável de carteiras de identidade com nomes diferentes, caso assim deseje, no nosso atual sistema de identificação civil. Assistimos afirmativas que podemos conseguir até 27 carteiras de identidade diferentes, com dados variados, sendo uma em cada estado e no Distrito Federal, pois os sistemas não são unificados.

Quem faz essa afirmativa desconhece todo o processo de identificação existente no país. A realidade, infelizmente, é pior: em apenas um estado, onde não se utiliza o sistema biométrico de impressões digitais para emissão das carteiras de identidade, podemos conseguir inúmeros destes documentos, usando nomes diferentes, já que a pesquisa é somente nominal. Em razão deste processo falho, um cidadão com intenções criminosas pode obter centenas de carteiras de identidade com nomes diferentes, emitidas por órgãos com atribuições legais para emissão destes documentos. É assustador, mas é a realidade.

Poucos órgãos responsáveis pela identificação civil nos estados e Distrito Federal utilizam o sistema biométrico para identificar o cidadão visando a emissão de sua carteira de identidade, cujo processo, quando usado, impede que uma mesma pessoa possa conseguir mais de um documento de identificação utilizando nomes diferentes. Cerca de apenas 20% dos Institutos de Identificação usam esta tecnologia, e alguns ainda com pesquisas manuais nos arquivos datiloscópicos.

Sabemos que, com a carteira de identidade, o cidadão adquire todos os demais documentos que necessita usar na sua vida normal. Portanto, pode adquirir várias carteiras de trabalho, vários CPFs, abrir várias contas bancárias, se inscrever em vários cartórios abrindo firmas, enfim, ser vários cidadãos para o cometimento de inúmeros e variados crimes caso assim deseje, fazendo o cidadão de bem arcar com todos os prejuízos que estes crimes proporcionam.

As sangrias nos cofres da Previdência Social, no Ministério do Trabalho, no sistema bancário, no comércio, na indústria, etc. são em montantes assustadores pela facilidade oferecida pelo modelo vigente de identificação civil a ações de cri-

minosos nas mais variadas frentes de atuações, expondo as entidades e o cidadão de bem a uma vulnerabilidade que poderia ser evitada ou, pelo menos, dificultada.

Órgão do governo federal estima que cerca de 10% das 170 milhões de carteiras de identidade que circulam no país são falsas. São 17 milhões de documentos irregulares que seguem ativos. Este mesmo órgão avalia que 72% dos golpes em bancos e instituições comerciais são provenientes de falsificação ou adulteração de carteiras de identidade. O prejuízo com a falsificação destes documentos é assustador para os mais diversos segmentos da sociedade. Só a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), por exemplo, gasta em torno de 1,8 bilhão por ano apenas para tentar evitar as fraudes. O Ministério do Trabalho tem perdas enormes com pagamentos de benefícios irregulares, como o seguro-desemprego, e a Previdência Social é vítima de milhões de reais todo ano em razão dos golpes aplicados contra o INSS por quadrilhas especializadas. As empresas privadas perdem, em média, entre 6 a 7% do faturamento por causa de fraudes facilitadas pela fragilidade do sistema de identificação civil. Em alguns setores econômicos as perdas podem alcançar 20% do faturamento. É muita coisa, e tudo isso com enormes facilidades para o alcance dos objetivos criminosos. Estas fragilidades poderiam ser evitadas ou, pelo menos, reduzidas em muito caso a implantação do documento brasileiro estivesse em prática.

Com o Projeto RIC implantado o que se evitaria e impediria que estas sangrias fossem executadas, em muito pouco tempo, seria o bastante e necessário para arcar com todas as despesas previstas para sua implantação.

Algumas pessoas chegam a imaginar que existam interesses para que o processo atual de fragilidade permaneça, visando continuar facilitando o cometimento dos mais variados e escabrosos crimes contra o País e seus cidadãos sem a identificação e posterior punição dos responsáveis. Não cremos, porém, que sejam cidadãos de bem.

» VALE FAZER UM RESUMO DA SITUAÇÃO DO REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL:

- Em 1995 tramitavam no Congresso Nacional vários projetos sobre identificação civil visando, justamente, modernizar o processo de identificação vigente e dar maior segurança ao cidadão. De todos, o mais completo e que melhor atendia ao que se pretendia era de autoria do então senador Pedro Simon, que foi analisado, discutido e aprovado, dando origem à Lei 9454/97, que instituía um sistema de identificação civil moderno e seguro para o país e seus cidadãos.

- Foi criado grupo de trabalho, dentro do Ministério da Justiça, composto por vários órgãos da administração pública federal, para propor a regulamentação da Lei 9454/97 e implementação do novo sistema de identificação civil no país. O trabalho foi concluído, mas não foi encaminhado à Presidência da República para as providências que se faziam necessárias, inclusive assinatura do Decreto de Regulamentação da referida lei.

- O processo "dormiu" nas dependências do Ministério da Justiça até que em 2008, no governo do presidente Lula, foi ressuscitado com todo vigor, tendo ocorrido inúmeros eventos, discussões, avanços, modernizações, etc., com participação e apoio da iniciativa privada, por meio da ABRID. Vislumbrou-se, então, a possibilidade de vermos o tão sonhado e esperado processo tornar realidade.

- A lei 9454/97 sofreu alterações por meio da Lei nº 12.058/09, que corrigiu alguns vícios, inclusive de prazos. Em 2010, através do Decreto nº 7.166, datado de 05/05/10, ocorreu a tão esperada regulamentação da Lei 9454/97. Estava tudo pronto para a implantação do RIC, inclusive com a criação de um Comitê Gestor composto por representantes de vários órgãos da administração pública federal, com a incumbência de estudar e propor o processo ideal para a implantação da Lei 9454/97.

- Ainda em 2010 o então presidente Lula fez questão de emitir os primeiros documentos de identidade contemplados pela citada lei. Antes de encerrar seu segundo mandato presidencial, emitiu os primeiros documentos RIC, talvez dando um recado que o processo era importante, necessário e irreversível. Em solenidade ocorrida no Ministério da Justiça, no mês de dezembro de 2010, foram emitidas as primeiras carteiras de identidade com base na Lei 9454/97 ao presidente Lula, à sua esposa, dona Marisa, ao ministro da Justiça e ao presidente do TSE. Entendíamos que ali estava dado mais um recado do então presidente Lula, cumprindo promessas de campanha, que o Brasil recebia um moderno, seguro e necessário documento de identidade civil, que o cidadão de bem tanto esperava e necessitava.

Feito esse resgate histórico, che-

gamos à situação mais atual. Certo que o processo necessitava de alguns ajustes, o novo Ministro da Justiça, já no início do primeiro governo da presidente Dilma, e através da Secretaria Executiva daquela pasta, instituiu grupos técnicos de trabalho visando acertar algumas possíveis distorções e definir alguns pontos ainda incertos. A intenção era garantir a implantação segura e definitiva do RIC. Estes grupos técnicos, compostos por profissionais competentes e dedicados, se lançaram ao trabalho para atender às necessidades visando dotar todo o processo de implantação do RIC das mais completas e seguras ações para que todo o procedimento pudesse alcançar os objetivos pretendidos, sem riscos de equívocos que pudessem comprometer ou desacreditar o modelo.

Queremos lembrar que, por meio da lei n° 12.667, datada de 18/07/12, sancionada pela presidente Dilma, a emissão da Carteira de Identidade Civil passa a ser gratuita, só havendo permissão para cobranças de taxas a partir da emissão da segunda via do documento. Com esta iniciativa, a maioria dos órgãos de identificação dos estados e DF perderam receitas que eram utilizadas para investimentos nas suas respectivas áreas.

Temos mantido contatos com componentes de alguns destes grupos técnicos, inclusive em eventos que a ABRID tem participado e organizado, e os mesmos afirmam e pudemos avaliar que as tarefas a eles impostas já estão concluídas e apresentadas, já tendo o governo os subsídios necessários para a implantação do RIC no momento que assim o desejar.

Assistimos a presidente Dilma, ainda em campanha pelo seu segundo mandato, assumir compromissos veementes de que seu governo estaria dando um combate sem tréguas à corrupção em todos os níveis do país. Eleita, no seu discurso de posse, no Congresso Nacional no dia 01/01/15, ela reafirmou o compromisso desta luta contra o terrível mal que assola o Brasil, que é a corrupção.

Com toda certeza, todas estas ações que a presidente tanto tem dado ênfase para combater os malfeitos podem ter um início muito significativo com um sistema de identificação civil seguro e sólido, visando dotar o país de um processo que impeça as atuais facilidades dos corruptos iniciarem suas falcatruas se passando por terceiros, usando "laranjas", "fantasmas" e outros adjetivos mais que o atual processo de identificação possibilita e facilita.

Quando o atual presidente do TSE, ministro Dias Tofolli, assumiu aquele órgão, criou um grupo de trabalho para, dentro de um prazo em torno de 60 dias, apresentasse resultado de um estudo para analisar se o TSE teria condições de assumir a responsabilidade da identificação civil do brasileiro.

Em janeiro de 2015, o ministro Dias Tofolli foi recebido pela presidente da República, ocasião em que apresentou projeto no qual o TSE ficaria responsável pela emissão do documento de identidade do brasileiro, nos moldes do RIC, mas com a denominação de Registro Civil Nacional (RCN). Uma das justificativas do TSE para assumir esta responsabilidade é que o órgão está fazendo o cadastramento biométrico de todo eleitor brasileiro, e diante da base de segurança do documento RIC ser um cadastro biométrico, o arquivo que aquele tribunal teria para atender o processo eleitoral brasileiro seria utilizado para a base do RIC ou RCN.

Caso este processo seja assumido pelo TSE, provavelmente todo o trabalho, estudo, levantamento que já foi efetuado pelo Ministério da Justiça deva ser aproveitado para a concretização do novo modelo de identidade civil a ser emitido para o brasileiro. Não se justificaria perder e ignorar tudo que foi feito e iniciar do zero, seria perda de tempo e de recursos financeiros, oriundos dos impostos do cidadão.

Portanto, a grande expectativa é que todo o processo do RIC/RCN, tão estudado e analisado minuciosamente por técnicos do governo, possa ser implantado com a maior brevidade que todo cidadão de bem espera, proporcionando maior facilidade para que a presidente Dilma tenha mais instrumentos para combater a corrupção que tanto se comprometeu nos mais variados momentos em sua campanha. Que ela possa modernizar todo o sistema que hoje é um facilitador e incentivador, em grande escala, para as atividades de corrupção existentes no Brasil e que precisam, urgentemente, serem combatidas com vigor. E o governo federal é o principal ator com responsabilidade para este combate. Ele já tem em mãos, após longos e minuciosos estudos e análises, instrumentos para as ações necessárias e prometidas visando alcançar os objetivos tão esperados pelo país e seus cidadãos.

SOBRE O AUTOR

Edson Rezende de Oliveira *é diretor de Identificação Digital da ABRID. Advogado e bacharel em Administração de Empresas, é aposentado da Polícia Federal desde 1995. Ingressou na PF em 1974, como papiloscopista. Em 1983, foi nomeado delegado. Exerceu vários cargos na corporação, nas áreas de Entorpecentes, Fazendária e Identificação Técnico-Científica. Edson Rezende foi diretor do Instituto Nacional de Identificação (INI) entre 1996 e 2001.*

LINHA DO TEMPO COM AS ETAPAS DO PROJETO RIC

Recorde o passo a passo do projeto RIC

1995: Vários projetos tramitam no Congresso Nacional sobre a identificação civil com o objetivo de modernizar o padrão brasileiro.

1997: O projeto do então senador Pedro Simon, o mais completo dentre os que tratavam da modernização da identidade, é aprovado e dá origem à Lei 9454/97.

1997: Ministério da Justiça cria grupo de trabalho, composto por vários órgãos da administração pública federal, para propor a regulamentação da Lei 9454/97 e implantar o novo sistema de identificação civil no país. O trabalho chega a ser concluído, mas não é enviado à Presidência da República para as providências necessárias.

1995

1997

2012: O Conadi, apoiado pela ABRID, promove a segunda edição de debates itinerantes no "RIC – Workshops Regionais".

2012: Ministério da Justiça anuncia a suspensão do RIC para reavaliação de todo o projeto. Grupos técnicos passam a estudar eventuais acertos necessários no programa.

2012

2013: Workshop IMPA – Identificação Moderna, Processos e Aplicações – é promovido em várias cidades pelo Conadi, com apoio da ABRID, para analisar alternativas destinadas a modernizar a identidade do brasileiro.

2013

2008: Depois de anos engavetado, o debate sobre a regulamentação da Lei 9454/97 é retomado, com a promoção de diversos eventos, discussões e avanços, com a participação da iniciativa privada por meio da ABRID.

2009: A lei 9454/97 é alterada pela Lei 12.058/09, que corrigiu alguns vícios na primeira legislação, especialmente a respeito de prazos.

2010: Em 5 de maio, finalmente é publicado o Decreto 7.166, que regulamenta a Lei 9454/97. Neste ponto, legalmente está tudo pronto para a implantação do RIC.

2010: Criado o Comitê Gestor composto por representantes de vários órgãos da administração pública federal com a incumbência de estudar e propor processo ideal para a implantar a Lei 9454/97.

2010: Em solenidade em 30 de dezembro, o então presidente Lula faz o lançamento oficial do RIC, com a distribuição dos primeiros cartões. O de número 1 foi para o próprio Luiz Inácio Lula da Silva.

2008

2009

2010

2011

2011: Já na gestão Dilma Rousseff, começa o projeto piloto que visava emitir 2 milhões de RICs no Brasil. O programa não é integralmente cumprido.

2011: Com apoio da ABRID, o Conselho Nacional dos Diretores de Órgãos de Identificação (Conadi) promove o evento “RIC – Workshops Regionais”, com discussões em várias cidades do país sobre o projeto do novo documento.

2015: Justiça Eleitoral apresenta a proposta de criação do Registro Civil Nacional, um documento para unificar as diversas formas de identificação do brasileiro. A gestão do banco de dados e a emissão ficariam com a própria Justiça Eleitoral.

2015

MUITO ALÉM DA ASSINATURA ELETRÔNICA

RESUMO

O certificado digital funciona como uma identificação virtual. Os benefícios vão muito além da assinatura com validade jurídica, que garante proteção às transações eletrônicas e prova a identidade do usuário de qualquer lugar do mundo com segurança. A tecnologia facilita processos que, no passado, tinham que ser realizados pessoalmente ou por meio de inúmeros documentos em papel.

PALAVRAS-CHAVE

Certificado digital, e-CPF, imposto de renda.

ABSTRACT

A digital certificate works as a virtual identification. The benefits go far beyond the signature with legal validity, which guarantees protection for electronic transactions and proves the identity of the user from anywhere in the world safely. The technology facilitate processes that had to be performed in person or through a number of paper documents in the past.

KEYWORDS

Digital certificate, identity certificate, income tax.

Serasa Experian
A gente trabalha para você crescer.

POR MARIANA PINHEIRO

Já imaginou realizar diversas atividades cotidianas sem se preocupar em sair de casa ou do escritório para ter de confirmar que você é você? Essa é apenas umas das grandes facilidades que a tecnologia do certificado digital pode proporcionar. Os benefícios do e-CPF vão muito além da assinatura com validade jurídica, que garante proteção às transações eletrônicas e prova a identidade do usuário de qualquer lugar do mundo com segurança.

A tecnologia permite que processos que tinham que ser realizados pessoalmente ou por meio de inúmeros documentos em papel possam ser feitos de maneira totalmente eletrônica. É possível, por exemplo, assinar digitalmente contratos, entre outros documentos. A assinatura digital de e-mails é outro benefício que garante a autoria, autenticidade e integridade das mensagens enviadas aos fornecedores, parceiros e clientes.

Além da assinatura digital, todos que possuem o e-CPF podem baixar a declaração do imposto de renda pré-preenchida, apenas para realização de ajustes ou adição de despesas e deduções. Em um cenário no qual as pessoas têm cada vez menos tempo disponível para tarefas como esta, a funcionalidade vem sendo cada vez mais valorizada pelos contribuintes. Com o certificado digital é possível agilizar desde o preenchimento até o acompanhamento do processamento da declaração.

DIVULGAÇÃO

Por exemplo, quando um status exibido aparece "em análise" é sinal de que o contribuinte caiu na chamada malha fina. O certificado digital auxilia na retificação dos dados, tornando o processamento e conferência mais rápidos por parte da Receita Federal.

Além disso, a partir da tecnologia do e-CPF também é possível gerar procurações digitais para que contadores elaborarem o imposto de renda da pessoa física. Dessa forma, não é preciso passar dezenas de informações complementares ao contador, como muitos contribuintes acabam fazendo, nem deixar o certificado digital pessoal com ele.

A utilização do certificado digital aumenta a validação de que a pessoa é ela mesma para o banco. Com a diminuição do risco, a instituição financeira consegue disponibilizar mais funções para transações não presenciais. Além disso, está sendo difundido seu uso na assinatura digital de contratos de câmbio.

Uma funcionalidade pouco conhecida do certificado digital é o acesso aos leilões em andamento da Receita Federal ou Polícia Federal. Para que isso aconteça, basta que o interessado, pessoa física ou jurídica, acesse o Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) por meio de certificado digital válido, utilizando a opção de atendimento "Sistema de Leilão Eletrônico". Nesse link é possível visualizar os editais disponíveis, os lotes de cada um, preço inicial e as datas de início e fim de recebimento das propostas. Também é possível acessar fotos de cada um dos itens.

Em São Paulo, quem possui Certificado Digital também pode consultar e transferir os créditos de forma mais fácil e rápida: basta acessar o site da Nota Fiscal Paulista (http://www.nfp.fazenda.sp.gov.br/) e, sem necessidade de cadastrar ou inserir login e senha, realizar a consulta dos créditos e fazer resgate por meio da tecnologia de e-CPF.

Já é possível utilizar o certificado digital até para realizar, por exemplo, uma votação eletrônica para eleição de síndico, sem a necessidade de reunião com a presença dos moradores. A tecnologia permite que os condôminos votem por meio de um site a qualquer momento durante um período pré-estabelecido, possibilitando a contabilização aberta do resultado ao final desse prazo.

A questão da sustentabilidade também é uma aliada do certificado digital. O uso do e-CPF permite eliminar a impressão de diversas folhas para assinatura de vias e protocolos, por exemplo. Dados apontam que um brasileiro, em média, "consome" meia árvore por ano em impressões, e o certificado digital pode ajudar a diminuir essa estatística daqui para a frente.

O e-CPF atualmente é fornecido em dois diferentes formatos, de acordo com a necessidade de cada consumidor: cartão smart card, que deve ser inserido em uma leitora, ideal para, por exemplo, uma família na qual várias pessoas da casa possuem o certificado digital (e podem compartilhar a mesma leitora). Outra opção é o token, que deve ser conectado diretamente na porta USB de um computador, como um pendrive, dando praticidade aos que querem transportar seu certificado com facilidade. Além disso, há uma versão que é armazenada diretamente no computador. A certificação pode ter duração de um ano ou de três anos, podendo ser renovada.

SOBRE O AUTOR

Mariana Pinheiro *é presidente da Unidade de Negócios de Certificação Digital da Serasa Experian.*

III SEMINÁRIO NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL

FOTOS: ASCOM/ITI

1

2

3

4

5

6

7

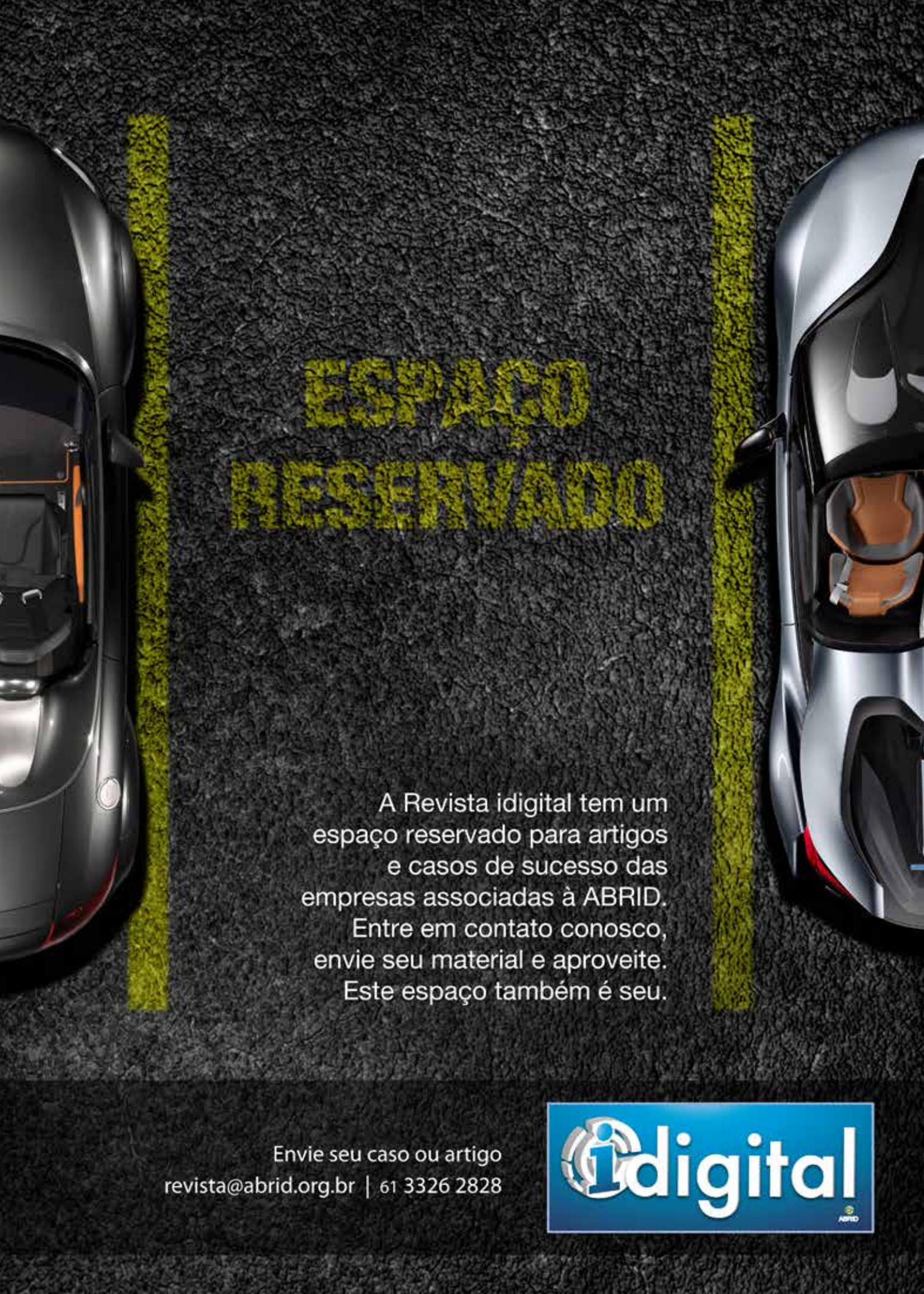
1 – Palestra de Frederico Jorge Assad (Instituto de Registro Imobiliário do Brasil) **2** – Participantes no auditório **3** – Banner do evento **4** – Palestra de Mauricio Coelho (ITI) **5** – Palestra de Ruy Ramos (ITI) **6** – Palestra de Rodrigo Macedo (Rede ICP-Seguros) **7** – Palco do III Seminário.

8 – Palestra de Carlos Fernando Chaves (Colégio Notarial do Brasil) **9** – Participantes fizeram perguntas aos palestrantes **10** – Palestra de José Odilon Tito (Junta Comercial do Estado de São Paulo) **11** – Edmar Araújo (ITI) **12** – Participantes no auditório **13** – Edmar Araújo (ITI) e Edson Rezende (ABRID) **14** – Palestra de Diogo Rossetti Cleto (Ramos Fernandes Rossetti Cleto Advogados

CARDS 2015

FOTOS: ASCOM ITI, DIVULGAÇÃO CARDS, ASCOM ABRID

1 Pavilhão da Certificação Digital **2** Stand da ABRID **3** Área de exposição
4 Stand da ABRID **5** Área de simpósios **6** Equipe da ABRID



A Revista idigital tem um
espaço reservado para artigos
e casos de sucesso das
empresas associadas à ABRID.
Entre em contato conosco,
envie seu material e aproveite.
Este espaço também é seu.

Envie seu caso ou artigo
revista@abrid.org.br | 61 3326 2828

idigital

Licenciado desde 1985

30 anos de consistência e inovação. O KINEGRAM® é o dispositivo líder de segurança em autenticação visual. Mais de 100 países já depositaram a sua confiança no KINEGRAM®.

Para notas de banco: LEONHARD KURZ Stiftung & Co. KG
Schwabacher Strasse 482 | D-90763 Fuerth | www.kurz.de | sales@kurz.de

Para documentos governamentais: OVD Kinegram AG | Member of the KURZ Group
Zaehlerweg 12 | CH-6301 Zug | Suíça | www.kinegram.com | mail@kinegram.com

KINEGRAM®